



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 12 de Julho de 2018.

Edição 2794 | Páginas: 16

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 009/2018

DEPUTADO JALSER RENIER (SD) - Presidente

**ZÉ GALETO (SD)**  
**LENIR RODRIGUES (PPS)**  
**JOAQUIM RUIZ (PTN)**  
**CORONEL CHAGAS (PRTB)**  
**ANGELA ÁGUIDA (PP)**

**MARCELO CABRAL (MDB)**  
**GEORGE MELO (DC)**  
**NALDO DA LOTERIA (PSB)**  
**CHICO MOZART (PRP)**  
**AURELINA MEDEIROS (PTN)**

**BRITO BEZERRA (PP)**  
**VALDENIR FERREIRA (PV)**  
**SOLDADO SAMPAIO (PC DO B)**  
**OLENO MATOS (PC DO B)**  
**MECIAS DE JESUS (PRB)**

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

**Gerente de Documentação Geral**

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

**Diagramação**

EXPEDIENTE

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

#### - Superintendência Legislativa

- Ata da 2696ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

- Ata da 2699ª Sessão Ordinária - Íntegra 05

#### - Superintendência Administrativa

- Resolução nº 389/2018 16

SUMÁRIO

**SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA**
**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2696ª SESSÃO, EM 13 DE JUNHO DE 2018.**  
**55º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**  
 = ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia treze de junho de dois mil e dezoito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quinquagésimo quinto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário Masamy Eda que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queiram discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito o Senhor-Primeiro-Secretário Deputado que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 063, de 05/06/18, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que “dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional e dá outras providências”; Projeto de Lei nº 064, de 12/06/18, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação do Programa de Integridade (lei anticorrupção) pelas empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Roraima, incluindo empresas de economia mista, em todas as esferas, e autarquias, e dá outras providências”; Indicação nº 239, de 12/06/18, de autoria do Deputado Odilon Filho, encaminhando ao Governo do Estado, para criação de projetos sociais de atenção aos jovens, proporcionando capacitação profissional e/ou acadêmica, no bairro Nova Cidade; Indicação nº 240, de 12/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal do Trairi, localizada no município de Rorainópolis; Indicação nº 241, de 12/06/18, de autoria do Deputado Izaías Maia, encaminhando ao Governo do Estado, para disponibilização de um local adequado para utilização de som automotivo; Indicação nº 242, de 12/06/18, de autoria do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da estrada da Vicinal Arco-Íris, no quilômetro 75, município de Cantá; Indicação nº 243, de 12/06/18, de autoria do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para construção de uma quadra esportiva na Serra da Moça, localizada na região do Murupu, município de Boa Vista; Indicação nº 244, de 12/06/18, de autoria do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma do Hospital Estadual Ricardo de Macedo, localizado na sede do município de São Luiz; Requerimento nº 051, de 12/06/18, de autoria do Deputado Brito Bezerra, requerendo a inclusão do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 007/18, que “estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias Turísticas e dá outras providências”, na Ordem do Dia 12 de junho do corrente ano; Requerimento nº 053, de 12/06/18, de autoria do Deputado Jânio Xingu, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 057/18, de sua autoria, que “dispõe sobre a isenção das famílias de baixa renda do pagamento da tarifa social de consumo de água e esgoto e dos encargos decorrentes junto à CAERR – Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, e dá outras providências”; Memorando nº 061, de 08/06/18, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, comunicando seu afastamento dos cargos de tesoureiro da UNALE e Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, com vista a atender exigência de desincompatibilização prevista na Legislação Eleitoral. **DIVERSOS:** Comunicado nº AL004196, de 20/03/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado de Educação e Desporto, no valor de R\$ 621.930,60 (seiscentos e vinte e um mil novecentos e trinta reais e sessenta centavos); Comunicado nº AL004218, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Martin, no valor de R\$ 3.843,00 (três mil oitocentos e quarenta e três reais); Comunicado nº AL004219, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Edsonina de Barros Villa, no valor de R\$ 3.897,00 (três mil oitocentos e noventa e sete reais); Comunicado nº AL004220, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, no valor de R\$ 3.087,00 (três mil e oitenta e sete reais); Comunicado nº AL004221, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Martins Pereira da Silva, no valor de R\$ 648,00 (seiscentos e quarenta e oito reais); Comunicado nº AL004222, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Hildemar Pereira, no valor de R\$ 3.672,00 (três mil seiscentos e setenta e dois reais); Comunicado nº AL004223, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Joselma Lima de Souza, no valor de R\$ 6.633,00 (seis mil seiscentos e trinta e três reais); Comunicado nº AL004224, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Balduino Wottrich, no valor de R\$ 3.789,00 (três mil setecentos e oitenta e nove reais); Comunicado nº AL004225, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Terezinha de Jesus da Vila Martins Pereira, no valor de R\$ 2.382,00 (dois mil trezentos e oitenta e dois reais); Comunicado nº AL004226, de 04/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pedro Moleta, no valor de R\$ 20.457,00 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e sete reais); Comunicado nº AL023456, de 17/04/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado de Educação e Desporto, no valor de R\$ 433.729,01 (quatrocentos e trinta e três mil setecentos e vinte e nove reais e um centavo).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário **Masamy Eda** – Senhor Presidente, não há orador inscrito.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo orador, passamos para Ordem do Dia. Discussão e votação em turno único, das seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 063/17, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar”, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Projeto de Lei nº 076/17, que “determina procedimentos para a realização de cirurgia plástica reparadora de mama pela Rede Estadual de Saúde nos casos de mutilação total ou parcial decorrente de técnica de tratamento de câncer, bem como cirurgia de Mamoplastia Redutora em casos de seios excessivamente grandes e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; Projeto de Lei nº 086/17, que “garante aos alunos das instituições públicas e privadas de ensino do estado de Roraima o acesso à água potável e filtrada e dá outras providências”, de autoria do Deputado Masamy Eda; Projeto de Lei nº 087/17, que “determina procedimentos para a realização de cirurgia plástica reparadora de lipoaspiração pós gastroplastia (bariátrica) pela rede Estadual de Saúde e dá outras providências”, de autoria do Deputado Mecias de Jesus; Projeto de Lei nº 088/17, que “institui no Calendário Oficial do Estado a “Virada Feminina”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 095/2017, que “assegura ao aluno diabético cardápio de alimentação escolar adaptado à respectiva condição de saúde”, de autoria do Deputado Marcelo Cabral; Projeto de Lei nº 102/17, que “institui o dia 24 de junho como o Dia do Quadrilheiro Junino no âmbito do estado de Roraima”, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira; Projeto de Lei nº 103/17, que “assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, demonstrativos de consumos de energia elétrica, telefonia e do DETRAN em Braille”, de autoria do Deputado

Naldo da Loteria; Projeto de Lei nº 015/18, “que institui o Dia do Músico Militar Estadual, considera como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Roraima a Banda de Música da Polícia Militar e dá outras providências”, de autoria do Deputado Oleno Matos e Deputado Soldado Sampaio; Projeto de Lei nº 030/16, que “dispõe sobre a Defesa Sanitária no Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Decreto Legislativo nº 005/18, que “declara de Utilidade Pública o Piquete General Bento Gonçalves”, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira; Projeto de Decreto Legislativo nº 007/18, que “declara de Utilidade Pública a Associação das Famílias de Portadores de Necessidades Especiais Brilhante Estrela da Manhã”, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira; Projeto de Decreto Legislativo nº 008/18, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Coronel Chagas; Requerimento nº 054/18, que “requer, após ouvir o Plenário, a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral no dia 20 de junho do corrente ano, às 10h, momento em que esta Casa deliberará acerca do Decreto Legislativo nº 003/18, que susta os efeitos do Convênio nº 001/15, que celebram o Estado de Roraima, através da Polícia Militar de Roraima, o Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN-RR, o Município de Boa Vista, por intermédio da Secretária de Trânsito – SMST e da Superintendência de Trânsito – SMTRAN e suas prorrogações”, de autoria de vários deputados; Proposta de Moção de Pesar nº 012/18 pelo falecimento da Senhora Maria Perpetua Mangabeira, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Proposta de Moção de Aplausos nº 011/18 ao soldado da Polícia Militar Élio Gomes Aquino, por sua heroica ação policial na noite do dia 15 de abril de 2018, na guarita da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), e autoria do Deputado Soldado Sampaio. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 076/17, e do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido Projeto de Lei nº 076/18 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, a nossa intenção nesse projeto, que tem o parecer favorável da relatora da matéria, é que as mulheres do nosso estado tenham um tratamento digno. Digo isso pois há uma quantidade grande de mulheres que têm, principalmente, câncer de mama, e, nesse caso, as mamas são retiradas e o estado não faz a reposição de mama. Então, é necessário que essa cirurgia reparadora seja também uma obrigação do estado, com prazo estabelecido. Recursos para isso há, tanto há recursos estaduais, como há recursos federais pelo SUS e recursos estaduais. A própria Assembleia Legislativa, que eu louvo mais uma vez a decisão, atendendo uma proposta de Emenda Constitucional, de minha autoria, aprovou os investimentos em saúde e virou constitucional, isso, 12% para 18%, aumentou cerca 90 a 100 milhões de reais a mais para a Secretaria de Saúde do Estado. Portanto, ajudar essas mulheres é um dever do estado, um direito dessas mães de famílias, moças, senhoras que passam por esse tipo de problema. Portanto, conclamo aos nobres pares e peço aprovação dessa matéria por ser de interesse especialmente da sociedade e das mulheres do nosso estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação a matéria. A votação vai ser nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 076/17, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto Decreto Legislativo nº 008/18 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido Projeto Decreto Legislativo nº 008/18 e o Parecer).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a matéria.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto Decreto Legislativo nº 008/18, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 054/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido

Requerimento nº 054/18).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação, a votação será simbólica: os Deputados que concordam com o Requerimento, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento 054/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça à leitura da Proposta de Proposta de Moção de Pesar nº 012/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 012/18).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Proposta de Moção de Pesar nº 012/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 011/18.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lida a Proposta de Moção de Pesar nº 011/18).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Proposta de Moção de Aplausos nº 011/18.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceda à leitura do Projeto de Lei nº 086/17 e o Parecer.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido o Projeto de Lei nº 086/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 086/17, com 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 088/17 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido o Projeto de Lei nº 088/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 088/17, com 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 063/17 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido o Projeto de Lei nº 063/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Peço aos nobres pares para acompanhar o voto da relatoria pela importância do projeto que fala sobre a exigência da carteira de vacinação no ato da matrícula como uma forma de humanizar e imunizar as crianças, dando qualidade de vida e saúde por meio da escola. Então, eu peço aos nobres pares para que votem favorável.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 063/17, com 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceder à leitura do Projeto de Lei nº 087/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido o Projeto de Lei nº 087/17 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em

discussão o Projeto de Lei nº 087/17.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitarão a mesma.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Informo a presença da Senhora da Miss Boa Vista 2017, Miss Brasil Beleza Brasileira 2018, senhorita Isa Mirele, que está aqui visitando a Assembleia. Ela que representa a beleza da mulher roraimense e que vai, em breve, viajar para representar Roraima no Miss Teen Terra Brasil. Seja bem-vinda.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 087/17, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, por 14 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 015/18, bem como do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido o Projeto de Lei nº 015/18, bem como do parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 015/18.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando sim, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitarão a mesma.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença nas galerias da Casa do seu Severino, de Mucajai; juntamente com os Vereadores Vavá do Thangá e Zélio Mota, do PSD.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, também gostaria de registrar a presença, nas galerias, do querido amigo Paulo Hama, ex-Deputado desta Casa e um grande companheiro.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – A matéria continua em votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 015/18, de autoria dos Deputados Soldado Sampaio e Oleno Matos, por 13 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 102/17, bem como do parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – (Lido o Projeto de Lei nº 102/17, bem como do parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 102/17.

Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitarão a mesma.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 102/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, por 14 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

As matérias que constam na pauta da Ordem do Dia que são de autoria de parlamentares que não estão presentes, serão transferidas para a próxima Sessão.

Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, ontem eu convidei os Deputados membros da Comissão de Terras para uma reunião a ser realizada hoje. Quero convidar os Deputados Masamy Eda, Gabriel Picanço, Marcelo Cabral, Jânio Xingu, Naldo da Loteria e Joaquim Ruiz para a gente reunir aqui, rapidamente. Inclusive, essa é uma sugestão do próprio Deputado Masamy Eda, Corregedor da Casa, para que a Comissão de Terras ouça algumas pessoas que estão com alguns problemas que a Assembleia pode ajudar a solucionar. Estou tentando fazer essa reunião há alguns dias e gostaria de pedir aos Deputados que permanecessem em Plenário para que possamos ouvir os amigos de Mucajai que estão aqui presentes.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Então, fica a convocação do Deputado Mecias de Jesus aos Deputados que integram a Comissão de Terras para se reunirem após a Sessão.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhor Presidente, uso deste Expediente só para agradecer a aprovação do Projeto de Lei que instituiu o dia 24 de junho como o Dia do Quadrilheiro e Quadrilheira de Roraima. Nós sabemos que nosso estado respira festa junina, e esse é um período muito propício culturalmente e movimenta a economia local. Fico muito grato pela aprovação, é uma

forma de homenagear aquele homem, aquela mulher, que se dedica, pois além do seu trabalho diário, trabalha também nos fins de semana se dedicando a ensaiar e trabalhar para que a sua agremiação do quadro de quadrilheiro seja campeã no arraial da prefeitura e no arraial do estado. É uma forma de homenagear essas pessoas que se dedicam tanto em fortalecer a nossa cultura. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** - Quero agradecer a todos os alunos do Meta presentes nas galerias, em nome do professor Sílvio. É uma honra esta Casa receber cada um vocês.

Quero dizer ao Deputado Mecias de Jesus, que faz parte da Comissão de Terras, que me sinto honrado em fazer parte dessa reunião, uma vez que eu não faço parte da comissão, mas como corregedor, eu faço questão, até porque conheço a real situação.

Ressalto que se faz presente aqui no Plenário, várias famílias, inclusive a do seu Severino, um senhor com mais de oitenta anos que tem conhecimento dessa matéria, me sinto agradecido e peço e conclamo aos nobres colegas dessa Comissão para que, hoje, possamos reunir para dar andamento aos trabalhos, diante do presidente da Comissão. Era só isso, Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**- Deputado, na mesma linha do Deputado Mecias de Jesus, eu gostaria de levantar uma questão com os nobres pares. Deputado Masamy Eda, pela Comissão da Indústria, Comércio e turismo, nós apresentamos um Requerimento hoje para que fosse pautado, uma PEC e dois projetos importantes, que é de autoria do governo do estado, mas é uma demanda da Comissão, em especial, daqueles empresários que estão se instalando no Distrito Industrial. Deputado Masamy, que acompanhou bem o Projeto, sabe, eu acompanhei o Projeto também, mas nós precisamos é pautar. Então, esse requerimento deve entrar na Ordem do Dia da próxima terça-feira. Deputado Masamy, peço a Vossa Excelência que possamos juntos convencer os colegas de pautar e apreciar os devidos projetos. O Deputado Mecias está com esse Projeto e me falou que vai apresentar emendas, e que vai apresentar na próxima semana, portanto, agradeço ao Deputado Mecias. Tem outros Projetos que são importantes também. Eu já conversei com os colegas e, inclusive, deixei acordado com líder do bloco - Deputado George Melo, que também preside a Comissão de Constituição e Justiça, para que nós possamos apreciar o Projeto de Reposição Florestal, que é um projeto importante, porque é preciso destravar o setor madeireiro. O Deputado Gabriel também está aqui cobrando esse Projeto, porque tem muitas empresas que trabalham com a industrialização de madeiras e precisam desse setor regularizado. E nós sabemos que em breve entraremos no processo de recesso parlamentar. Portanto, é importante que nós possamos ir no recesso para a campanha com os Projetos, em especial, o Projeto de Deputados, apreciado por esta Casa, se não digo aprovado, porque a aprovação depende do entendimento e do voto de cada um, mas, no mínimo, apreciado por esta Casa Legislativa. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade e agradecer aos nobres colegas Deputados por aprovar o Projeto de nossa autoria, e do Deputado Oleno Matos, transformando a nossa Banda de Música da Polícia Militar num corpo musical e, também, num Patrimônio Cultural do nosso estado de Roraima. É uma grande conquista para o Estado de Roraima e para a Polícia Militar esse Projeto de Lei. Estamos fazendo justiça. Vossa Excelência conhece a história da banda de música. Para com aqueles componentes que são policiais e que também são músicos. Esta Casa e o Governo do Estado tem demonstrado compromisso com aqueles músicos, com aqueles policiais, inclusive, reconhecendo vários direitos no estatuto, aprovado recentemente nesta Casa, bem como na Lei de redistribuição do efetivo da polícia militar, a qual permitiu que aqueles companheiros pudessem ter ascensão funcional. E daqui para a frente, após a Lei 260, o ingresso se dará na graduação de terceiro sargento. Então, quero agradecer a Vossa Excelência e a todos os Deputados, ao Deputado Oleno, que é coautor desta proposição, em reconhecimento e valorização da nossa banda da Polícia Militar.

Era isso Senhor Presidente. Gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar a presença do Dr. Marcelo nas galerias do Plenário, que é dentista e está inscrito no concurso da Assembleia e está confiante, estudando 12 horas por dia para buscar uma vaga no concurso. Ele diz que uma vaga é dele, que ele vai ganhar essa vaga é na caneta. Então, estou torcendo por ele e pelos demais que irão fazer o concurso. Sabemos que quem tiver a melhor caneta, estiver em um dia favorável, e preparado emocionalmente, vai passar, com certeza, nesse concurso da Assembleia Legislativa. Desejo sucesso a ele e a todos os demais que farão este concurso. Um grande abraço a nossa banda de música da Polícia Militar.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Nós também queremos usar o expediente de Explicações Pessoais para informar aos Deputados, a todos os servidores desta Casa, a população em geral, e aos meios de comunicação, que foi instalada pela Mesa Diretora, ontem, uma Comissão Especial para discutir, realizar e organizar, Audiência Pública para tratar da questão da fiscalização eletrônica no trânsito de nossa cidade. Essa comissão é composta por este Deputado, pela Deputada Lenir, pelo Deputado Zé Galeto, Deputado Oleno e Deputado Sampaio. Foi apresentado hoje um requerimento, aprovado pelo plenário, para a transformação da Sessão Plenária do próximo dia 20, ou seja, daqui a uma semana, na quarta-feira, esta sessão será transformada em Comissão Geral para realização de Audiência Pública para tratar desse tema. Então, desde já solicitamos a equipe de apoio e as comissões que preparem o expediente, convidando todas as instituições ligadas a questão do trânsito em Roraima. A saber, a Polícia Militar, o DETRAN, o SMTRAN, a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, o setor de emergência de acidentes do Hospital Geral de Roraima, para que possam ficar cientes que haverá esta Audiência Pública na próxima quarta-feira.

Também informamos aos senhores Deputados que poderão sugerir entidades representativas da sociedade civil organizada, nomes para que a gente possa convidar para essa Audiência Pública, para que esses nomes sejam sugeridos no mais tardar até amanhã, quinta-feira, para enviarmos estes convites até sexta-feira, para que essas entidades possam se preparar para essa audiência.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Só para pedir a Vossa Excelência para fazer parte desta Comissão, pois fomos um dos primeiros a contestar essa avalanche de multas, por isso, gostaria que Vossa Excelência nos indicasse para fazer parte da Comissão. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Gabriel, acredito que não há problema nenhum, todos os Deputados que quiserem podem participar. Então, sugiro à Superintendência Legislativa que faça uma nova resolução incluindo o nome do Deputado Gabriel Picanço, que também foi um dos Deputados que levantou esta questão nesta Casa.

A Senhora Deputada **Angela A. Portella** – Amanhã, a partir das quatorze horas, aqui neste plenário, vamos estar dando posse aos parlamentares jovens e realizando a eleição da Mesa Diretora do Parlamento Jovem, que tem um mandato de dois anos. E é a conclusão do projeto; já houve a votação nas escolas, eles passaram por uma semana de preparação. Os convites foram entregues em todos os gabinetes dos Deputados, mas estou aqui para reiterar o convite, são vinte e quatro escolas que estão participando, e é importante que a gente esteja incentivando esses alunos, uma vez que são eles o canal de comunicação entre as escolas e a Assembleia. Obrigada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, fica feito o convite para amanhã, às quatorze horas, aqui neste plenário, a posse do Parlamento Jovem. É a mobilização da nossa juventude para conhecer de perto o processo democrático no Poder Legislativo.

E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e dezenove minutos, declaro encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 14, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

**ATA DA 2699ª SESSÃO, EM 20 DE JUNHO DE 2018**  
**55º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER**

Às nove horas do dia vinte de junho de dois mil e dezoito, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima nonagésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo quinto período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convindo os Senhores Deputados Lenir Rodrigues e Valdenir Ferreira para atuar como Primeiro e Segundo Secretários *ad hoc*, respectivamente.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura

da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Valdenir Ferreira** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira-Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 066, de 19/06/18, do Deputado Oleno Matos, que “institui o Dia da Polícia Civil do Estado de Roraima e dá outras providências”; Substitutivo ao Projeto de Lei nº 016, de 22/05/18, do Deputado Masamy Eda, que “dispõe sobre a exigência de uniforme militar nas Escolas Estaduais Militarizadas da Rede Pública de Ensino, no âmbito do estado de Roraima, e dá outras providências”; Indicação nº 255, de 19/06/18, do Deputado Izaías Maia ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 24, localizada no município de São João da Baliza; Indicação nº 256, de 19/06/18, do Deputado Izaías Maia ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 37, localizada no município de Rorainópolis; Indicação nº 257, de 19/06/18, do Deputado Izaías Maia ao Governo do Estado, para disponibilização de novos ônibus escolares na Vicinal 22, município de São Luiz do Anauá; Requerimento nº 056, de 19/06/18, da Deputada Aurelina Medeiros, membro da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 003/2018, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 057, de 19/06/18, da Deputada Aurelina Medeiros, Presidente da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 002/2018, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento; Requerimento nº 058, de 19/06/18, do Deputado Valdenir Ferreira, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2018, de sua autoria, que “declara de Utilidade Pública a Igreja Pentecostal Jesus das Nações”; Requerimento nº 059, de 19/06/18, da Deputada Lenir Rodrigues, Presidente da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 032/15, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento; Requerimento nº 060, de 18/06/18, do Deputado Brito Bezerra, para inclusão do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 007/2018, que “estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias turísticas e dá outras providências”, na pauta da Ordem do Dia 21 de junho do corrente ano; Memorando nº 015, de 18/06/18, do Deputado Zé Galeto, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 19 junho do corrente ano; Memorando nº 018, de 19/06/18, do Deputado Naldo da Loteria, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 19 junho do corrente ano. **DIVERSOS:** Comunicado nº 17580, de 29/05/18, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios, encaminhando demonstrativo com os indicadores legais gerados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, para conhecimento e providências; Ofício nº 302, de 07/06/18, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, encaminhando resposta ao Ofício nº 63/2018/S.L./PRES, referente ao Pedido de Informação nº 001/2018, da Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito a Senhora Primeira-Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Bom dia, Senhor Presidente. O tema que me traz hoje aqui nesta tribuna, é a presença da Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Brasil. Eu tive a oportunidade de assistir a entrevista que ela deu à imprensa. Vossa Excelência, que pediu intervenção federal na semana passada... Ela está preparando um relatório para cobrar do governo municipal e estadual e do Exército o tratamento desumano que está sendo dispensado aos venezuelanos imigrantes em nosso Estado. Quero fazer um apelo a essa presidente, antes da intervenção que Vossa Excelência solicitou, que ela visite a penitenciária do nosso Estado. São mais de 12%, hoje, o contingente de presos venezuelanos em nosso Estado. Juntando as três unidades prisionais: a cadeia pública, a de São Luiz do Anauá e a Penitenciária Agrícola, já representam 12% dos presos que nós, brasileiros, estamos pagando. Mas não são os brasileiros de outros

estados, porque o Governo Federal, para a segurança pública, até a presente data, não mandou nenhum centavo para combater os venezuelanos que vieram para Roraima assaltar, roubar, as pessoas que vivem em nosso Estado. Pois bem, ela vai ter que fazer agora outro pedido. A governadora está negociando junto à justiça, um entendimento junto com o Governo Federal. O Presidente Temer chega amanhã na nossa capital. Se nenhuma decisão for tomada, a governadora vai apertar. Ela está montando uma equipe na área de segurança, na área social, lá onde funciona a SEFAZ. E a governadora vai exigir que, a partir do próximo mês, todo cidadão venezuelano que queira entrar em nosso Estado tenha um atestado da Guarda Nacional e da justiça da Venezuela, de que ele não tenha problema com a justiça e nem com a polícia venezuelana. Vamos criar um conflito e aí é que eu lhe digo da possível intervenção no Estado. Eu sei, tenho certeza absoluta que o Governo Federal não vai aceitar, mas o Governo do Estado tem competência para tomar essa decisão, porque a segurança pública do estado não é federal, a segurança é do Governo do Estado. Ontem, eu tive a oportunidade de ler o relatório elaborado pela prefeitura de Boa Vista e poderia chegar aqui, Deputado Brito, e dizer: Vou pedir a intervenção na prefeitura de Boa Vista, porque o senhor acabou de me dizer que, na sua rua, quando se sai de um buraco, você cai no outro. Ruas alagadas, lama na periferia, mas eu não vou fazer isso, Deputado Brito. Eu fui prefeito, e sei da dificuldade que é ser gestor no Brasil, principalmente, em um Estado cuja para a capital o Governo Federal está de costas. Boa Vista/Roraima, para o Presidente Temer, não existe, a não ser para fazer abrigos para venezuelanos. O que o governo brasileiro está fazendo em Roraima não é diferente do que o governo americano está fazendo com as crianças de imigrantes. Aí vêm essas organizações americanas querer dar conselhos para nós, brasileiros, sobre o que nós devemos fazer na nossa pátria, esquecendo o que eles estão fazendo com as crianças, o que fizeram na época de Hitler, o que estão fazendo nos Estados Unidos. Aí vem a Presidente da Comissão do Conselho dos Direitos Humanos do Brasil querer cobrar da prefeitura de Boa Vista. A prefeita está correta. Eu não estou criticando a prefeita. No relatório que a prefeita apresentou, ela está correta. Previsão até o dia 30 de dezembro, 67 mil venezuelanos a mais no nosso Estado. Isso representa hoje 20% da população atual da capital.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado, quero lhe parabenizar pela sua fala. Eu concordo. Por exemplo, nos Estados Unidos, se um pai beber numa casa e tiver uma criança, ele é preso. Para você ter uma ideia, o sistema lá é bruto para educação. Mas aqui, para a gente, criaram essa história de direitos humanos que, para mim, é uma balela. É justamente para tornar mais delinquentes. Esse ECA, que cuida das crianças, nada mais é do que dar condições para que se forme cada vez mais delinquentes. Por exemplo, a criança que rouba um quilo de arroz no supermercado, eu acho que essa criança tem que ser recuperada. Mas a criança que mata, estupra uma mulher grávida, essa criança, para mim, não tem jeito. Eles partem do pressuposto que tudo isso é legal. A única coisa que eu duvido da sua fala é de que o Governo do Estado, a Governadora Suely, vá ter competência para fazer alguma coisa por mais quatro anos neste Estado, porque até hoje ela não teve competência para gerir nada. É carro da polícia sem combustível, é falta de remédio nos hospitais, é falta de material cirúrgico. Não tem uma secretaria que preste neste governo. Eu duvido que ela tenha condições. Ela pode até tentar juntar uma equipe competente para ajudá-la, mas ela não consegue, Deputado. Ela é muito ruim, incompetente. Infelizmente nós estaremos à mercê dessa situação porque esse governo é incompetente demais. Era isso que eu tinha para falar. A sua fala é importantíssima, só que a gestora, infelizmente, não consegue começar e terminar uma fraude. Esse governo é ruim demais. Então, o que me entristece é que estou vendo o Senhor, um deputado extremamente competente, um deputado que eu mais respeito, mas que, infelizmente, Vossa Excelência está acreditando naquilo que eu sei que não vai dar certo.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Deputado George Melo, quero agradecer o seu aparte e verifico que Vossa Excelência está atento aos problemas do nosso Estado. Realmente, a governadora, às vezes, não sabe terminar uma fase. Quem está terminando para ela, hoje, é a nossa Prefeita. Nossa prefeita acaba de fazer um relatório mostrando que a prefeitura é que é a prima rica do nosso Estado. A prefeita chega e diz: Olha, o retrato é esse aqui do Estado, eu já não tenho mais condições de atender as crianças que estão nas ruas, principalmente na Carlos Andrade, que vem do Alto Alegre. São mais de 150 crianças ao relento, pegando chuva. Então, o que a prefeita fez? Fez um relatório que contribui para mostrar o caos que está instalado em Roraima.

Deputado George Melo, quando Vossa Excelência fala desse problema de competência, vou lhe dar um exemplo aqui muito singular e muito pessoal seu. A sua empresa tem uma indústria aqui no Estado. Vamos dizer que Vossa Excelência fosse o sócio majoritário dessa empresa e ela tem, Deputado Izaías, na sua estrutura organizacional, 10 empregados. E o Deputado George Melo chega e diz: “aqui em casa quem manda sou eu, vou mandar contratar mais 10 funcionários”. E a receita da empresa, Deputado George, não crescerá nos próximos três meses. Ela vai chegar com o sócio majoritário e vai dizer: “de tanto o senhor mandar e eu não ter como cumprir suas decisões, estou lhe comunicando que estou entrando em solvência”. É mais ou menos o que está acontecendo com o Governo Federal e com o Governo Estadual. Se você coloca o dobro de pessoas para trabalhar e a receita não aumenta, a sua empresa vai quebrar. O governo Temer está quebrando, não o governo do Estado...

Aparte concedido ao Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Joaquim, gostaria de parabenizar Vossa Excelência. O Senhor, sempre que usa a tribuna, traz assuntos importantíssimos para este Estado. Quero iniciar dizendo que respeito as críticas do Deputado George Melo, líder da oposição, um deputado atuante, legitimamente eleito pelo nosso povo. E respeito a opinião dele. Aqui nós temos divergências políticas, mas de forma respeitosa. Digo para Vossa Excelência o seguinte: Vou “nordestinar” a governadora Suely, são poucos os homens que têm a condição de vestir a saia dela. Vossa Excelência sabe que a governadora Suely pegou este Estado destruído, defasado, com quase todas as pontes no chão, com as vicinais intrafegáveis, um estado que acumula uma dívida de 23 milhões de reais por mês gafado do orçamento público. Antes do recurso entrar no Estado, se gafa esse recurso do orçamento. Sabemos que a Assembleia Legislativa aprovou o orçamento aqui em que os recursos dos poderes cresceram muito mais do que acresceu os recursos do Estado, infinitamente maior, comprometendo os investimentos. Vossa Excelência sabe que houve uma invasão de venezuelanos, mais de 70 mil venezuelanos, em especial, na nossa capital. Não apenas 68, mais 70 mil, porque muitos entraram sem... a gente não tem como computar essas entradas que não passam pela barreira.

Quero dizer para Vossa Excelência que o país está em crise, crise moral, econômica e financeira, e nós vivemos do fundo de participação, dependemos do bolo orçamentário de Brasília, os repasses maiores são feitos pela União. São problemas infinitos. Nenhum governo, na história de Roraima, e aqui eu desafio qualquer deputado a dizer, nenhum governo enfrentou tantos desafios como enfrentou a governadora Suely Campos, com tão poucos recursos, com essa invasão, com recursos gafados para ouros poderes e ela, na luta, trabalhando. Convocou mais de 1.400 pessoas para fortalecer o quadro da saúde; está concluindo a ampliação do Hospital Geral; concluiu totalmente o Hospital das Clínicas. A governadora Suely avançou na questão da febre aftosa, que era uma demanda do setor produtivo que clamava por isso, e ela fez. Ninguém, na história de Roraima, foi tão bom para o servidor público quanto ela. Hoje, anualmente, se coloca no bolso do servidor público 168 milhões de reais a mais por ano em salário. Nós aprovamos, aqui nesta Casa, todos esses PCCRs que foram aprovados aqui. Ou seja, são 168 milhões de reais a mais que estão permeando o nosso comércio. Isso é trabalho de governo. Mas ela não tem como fazer tudo. Precisamos entender todas as limitações do governo. Sabemos que os problemas são crescentes, principalmente na Segurança pública, em que numa capital que entra 80 mil venezuelanos, que não têm moradia, não têm o que comer. Eu digo para Vossa Excelência que o homem, quando não tem o que comer, ele começa a agir de forma instintiva, passa a ser um animal, porque, se um filho estiver passando fome, ele entra na casa do vizinho, no comércio e leva. Isso é uma defesa, é o mínimo existencial. A questão da violência é algo que não podemos fechar os olhos e dizer que está tudo bem. Claro que está mal, porque são 80 mil pessoas que estão aqui com fome, com sede, precisando trabalhar e este município e este Estado, não dão condições. Não temos condições. E temos sim que priorizar o povo brasileiro, o povo que está aqui, que luta e que veio para cá para ficar, e não o venezuelano. O Governo Federal virou as costas. Vossa Excelência disse muito bem, está de parabéns, virou as costas e colocou um pano preto para não ter condições, se tiver um espelho na frente, ele vê o que está atrás. O Governo Federal é covarde e, se vier aqui para visitar venezuelano, que a governadora Suely também nem vá lá. Se tiver vergonha na cara, não vai. Não olha para ele. Vamos visitar o Hospital Geral. Tem gente no corredor? Tem, porque mais da metade é venezuelano. Vamos visitar as escolas que precisam de recurso. Cadê os recursos do Governo Federal? Mais de 300 milhões do Governo do Estado já devem ter sido gastos para atender venezuelanos,

podendo atender o povo brasileiro. São obrigados, porque, se chegar no hospital, não podemos dizer: “você é venezuelano, tem que ir embora”. Tem que atender. Se chegar na escola, tem que matricular, tem que ter merenda, tem que ter cadeira, tem que ter tudo, porque são seres humanos, mas nós temos que respeitar e atender, em especial, o povo brasileiro, o povo roraimense, que aqui está, que aqui vive e que aqui vai ficar. E, se o Governo Federal der as costas, a responsabilidade é dele. A barreira está aberta dia a noite, passando gente. Não tem, de forma alguma, o controle. Entra assassino, bandido, entra gente boa também, é claro, mas nós não temos a obrigação de suportar esse povo sem a ajuda do Governo Federal, de forma alguma, porque está sim complicando para o Governo do Estado. Volto a dizer, a governadora Suely tem sim se esforçado, tem trabalhado. Tem suas limitações? Tem, como qualquer outro governo, como qualquer outra gestão, mas tem trabalhado e se esforçado para que nós possamos avançar. As críticas construtivas são sempre muito bem-vindas e essas são especiais, para que nós possamos encaminhar soluções. Portanto, parabéns para Vossa Excelência. E vamos cobrar de forma muito enérgica, inclusive através da Mesa Diretora, o Governo federal para que atenda o Governo do Estado, porque essas complicações que o Estado sofre não são apenas degradantes para a governadora Suely, como se o nome dela fosse doce, é degradante para a classe política do Estado.

Deputada Lenir, somos nós, parlamentares, somos nós que representamos o povo e que temos que tomar providências e unir forças com o governo, porque não é hora de divergir, é hora de convergir para que possamos atender a nossa população na saúde, na educação, sobretudo os roraimenses que aqui estão. Portanto, muito obrigado pelo aparte, e vamos à luta, trabalhando, independente de bandeira política, pelo bem maior, que é o nosso Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputado Brito. Senhor Presidente, preste bem atenção, Vossa Excelência fez um trabalho ímpar quando conseguiu reunir toda a classe política do nosso Estado em Brasília com o Presidente Temer, na época, vice-presidente, para buscar uma solução energética para mais de 500 mil pessoas que vivem no Estado de Roraima. Eu não vi a Presidente dos Direitos Humanos Nacional cobrar uma solução para a energia, para 500 mil habitantes, da situação que vivemos aqui, dependendo de uma energia da Venezuela.

Deputado Izaías, Vossa Excelência, que sempre defendeu, eu não vi uma posição firme da Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, sobre a situação da regularização das terras do nosso Estado, para beneficiar pequenos agricultores, pois muitos deles já estão na reta final de vida, que não vão passar para os seus futuros sucessores a regularização da sua terra, que é um poder pátrio de uma família, e a terra, é a sua casa. Eu não vi essa senhora ir no hospital infantil. Em cima desse trabalho da Prefeita de Boa Vista, com tanta competência, fez dando um diagnóstico da situação da saúde municipal, da infraestrutura da capital, da forte imigração até dezembro. Eu não vi uma posição dessa senhora de visitar as crianças, muitas venezuelanas, internadas no Hospital da Criança. Ela não foi na maternidade ver a situação da única maternidade que temos no Estado, que, em cada 10 partos, seis são de crianças venezuelanas, que agora são obrigadas a serem registradas como brasileiras. Ela não foi em nenhuma cadeia pública para ver a situação de quantos venezuelanos que já representam, de acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, mais de 12% da população carcerária. Esses bandidos estão no meio dos bons e entram no nosso Estado sem nenhum controle. A responsabilidade na fronteira é de quem chegará amanhã, aqui no estado, para ir visitar esses que fogem da Venezuela, de uma ditadura, mas não resolve o problema de brasileiros que moram e que fazem a segurança da fronteira do nosso país, no Extremo Norte do Brasil.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Obrigada, nobre Deputado Joaquim Ruiz. Aqui na Assembleia não posso me calar e me omitir sobre algumas falas que eu acredito que estão equivocadas. Com todo respeito, mas não é qualquer homem que cabe na saia da governadora, mas nem qualquer mulher também que cabe nessa saia. Eu quero fazer algumas correções, a meu ver, no meu ponto de vista, de onde eu estou. Primeiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Deputado George Melo, é uma lei civilizatória. Foi uma lei de iniciativa popular. O ruim é a aplicabilidade e interpretação equivocada que a população faz, e não a lei em si. A lei é uma lei civilizatória, reconhecida internacionalmente, e nós não podemos passar essa ideia para a população de que essa lei não nos serve e não serve para as nossas crianças e adolescentes. Eu me posicionei claramente em defesa das crianças e adolescentes do nosso Estado, do Município, do nosso País, por meio do Estatuto. Ao longo dos anos, essa lei tem tido

as suas modificações, seus avanços, mas não podemos deixar uma ideia solta no meio de um discurso como esse que tinha um outro teor. Eu também acho, Deputado Brito, que o servidor público aqui no Estado não está assim tão respeitado como parece, porque o nosso servidor, ele nem sequer recebe o seu salário dentro do mês trabalhado. Então, também não é uma ideia que eu também compartilho. O Hospital das Clínicas já foi até colocado pelo eminente Deputado Jorge Everton, que já foi inaugurado e já está precisando de reforma. Quer dizer, não foi bem trabalhada a sua construção, já discutimos isso aqui, e acho, Deputado Joaquim, que Vossa Excelência tem toda razão, porque realmente falta controle na questão dos venezuelanos. Essa sua frase de que os bandidos estão no meio dos bons é verdade. Mas temos que deixar claro para a sociedade que não é toda população venezuelana que vem para cá que é bandido. A sua frase está correta. Eu compartilho da sua ideia e Vossa Excelência está de parabéns, porque nós também temos os nossos bandidos e nós temos que aprender com toda essa crise, nos colocar no lugar do outro. E eu não vou me omitir disso, porque poderíamos ser nós que estivéssemos precisando do outro país, que, inclusive, tinha uma situação financeira, mesmo sendo menor, melhor do que nós com o petróleo que eles têm. E nós temos que imaginar que, com todas as restrições internacionais que aquele país está passando também, além da ditadura política que está tendo, isso que está gerando essa crise e nós estamos sim sofrendo as consequências. Mas nem por isso deixamos de ser pessoas boas, pessoas acolhedoras, pessoas solidárias, que realmente fazemos o possível para estender a mão numa hora tão difícil para esse povo. Mas Vossa Excelência tem razão, assim como todos os meus colegas, em algum ponto, a meu ver. Estou dizendo do lugar onde eu estou, que há realmente uma inoperância do Governo Federal e nisso a governadora pode estar com a saia que estiver, Deputado Brito, mas não tem cristão que dê conta se o Governo Federal não assumir, junto com o Estado, essa questão migratória que está se passando aqui. Mas, com esse pensamento, nós não poderemos nunca distorcer outros aspectos. Então, parabênz Vossa Excelência por essa reflexão.

Nesta manhã, eu só quis fazer essa fala para não desvirtuar o pronunciamento de Vossa Excelência com outras falas que vieram dos colegas, já que sua linha de pensamento está perfeita no sentido de exigir que o poder público central, a União, Governo Federal, tenha uma atitude com o Estado de Roraima, pois nós também, aqui, somos responsáveis de exigir esse comprometimento do Governo Federal. Muito grata, Deputado Joaquim Ruiz.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigada, Deputada Lenir. Essa indignação, Presidente, de todo um trabalho que se fez em Brasília e a gente assiste, Deputado George, grande líder da oposição na Casa, de uma Presidente dos Direitos Humanos chegar em nosso estado para verificar a situação daqueles que ainda estão até comendo, porque lá na Venezuela não comiam. Eu não vejo uma colocação dela cobrando, como a Deputada Lenir falou, com relação às crianças que estão ao relento, e não é que o Exército não queria acomodar, é porque são 457 pessoas que entram em nosso estado diariamente e, durante esses seis meses, só 500 pessoas, de acordo com os dados e o relatório da Prefeita de Boa Vista, só foram transferidas e interiorizadas 500 pessoas. É o caos que está se instalando em nosso estado. E o que a gente vê na mídia, o Presidente da República está vindo aqui para ver como estão os imigrantes instalados nos abrigos, e, de acordo com o relatório da nossa Prefeita, nós precisamos construir dois abrigos por dia para atender a demanda até dezembro.

Deputado Izaías, Vossa Excelência que sempre cobrou uma posição, é hora de a gente esquecer, não estou fazendo discurso para defender a governadora, como a Deputada Lenir falou, para atacar Prefeita, criticar o Prefeito de Pacaraima, longe disso. Nós precisamos olhar Roraima não pelo viés partidário ou ideológico, precisamos olhar nosso estado como parlamentar, pela situação que cada cidadão está passando. Nós não somos contra abertura para qualquer irmão, seja venezuelano, Cubano, Haitiano, e venha construir o estado com a gente. O que não pode é o que está acontecendo, grande parcela que está entrando da Venezuela é bandido, com arma de alto calibre, inclusive montada na Venezuela. Já está comprovado isso nos órgãos de segurança do nosso estado, contrabando desmesurado de drogas que aflige nosso estado e ataca o nosso país. Amanhã chega aqui o Presidente da República, pelo que a gente ouve, absolutamente nada de concreto para beneficiar, acima de tudo, o povo brasileiro. Nós somos brasileiros, nós cuidamos das nossas fronteiras e pagamos um preço alto, porque somos mais brasileiros que outros brasileiros que vivem no Brasil. Maravilha, nós queremos ter os mesmos direitos, os direitos são iguais para todos, e é uma cláusula pétreia da nossa Constituição.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Izaías Maia** – Deputado Joaquim, só para completar o que Vossa Excelência está dizendo, falo isso há um ano no rádio e na Assembleia e, até hoje, ninguém viu nenhuma decisão tomada, pela força política federal. Tem que se destacar uma força política federal de senadores e deputados federais para partir para cima do governo e exigir nossos direitos. Pessoal fala em sessenta mil, era 40 mil, não deu mais para enganar passou para sessenta mil, tem mais de duzentos mil venezuelanos aqui dentro. Do jeito que está, vai entrar cinco milhões aqui, será a Venezuela dentro do Estado de Roraima. Então, não deram importância para essa entrada desenfreada. Agora tem o sarampo, poliomielite, que surgiu na Venezuela, e agora todo mundo desesperado. É hora de parar e tomar uma decisão, e ter uma união total, porque, como aconteceu, tivemos, em Brasília, Eduardo Braga, Ministro de Minas e Energia. O Presidente Michel Temer prometeu resolver o problema da energia, esqueceram a energia e estão preocupados só com imigração. E nós precisamos de energia, porque um estado sem energia, isso não existe. Então, é o momento de união, governo, sociedade e políticos, depois, passando o embate político, cada um segue seu rumo, mas é hora de união, porque o povo está sofrendo e desempregado, com fome e sem ter para onde correr. As autoridades sem ter recursos para fazer alguma coisa, tudo tomado por venezuelanos. Primeiro ajeita nossa casa e depois a vida dos venezuelanos.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputado Izaías, pelo seu aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Deputado Joaquim, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Embora tenhamos hoje uma Audiência Pública para tratar de assuntos importantes, o tema de Vossa Excelência também é muito importante. No mês de fevereiro, ainda como presidente do Parlamento Amazônico, e já todos preocupados com esta questão, fizemos um relatório e pedimos audiência com o Presidente da República. Estive, no início de fevereiro, com o Presidente da República, no Palácio do Planalto, juntamente com outras lideranças da UNALE. Tivemos oportunidade de entregar nas mãos do Presidente esse relatório que, em fevereiro, já apontavam mais de 56 mil venezuelanos em Boa Vista. Nós tínhamos, nesse período de 2017 a fevereiro de 2018, a entrada de mais de 150 mil venezuelanos em Roraima e desses, 56 mil permaneceram, sendo que, no mês de janeiro, triplicou a entrada de venezuelanos com relação aos meses anteriores. Isso somente em números oficiais. Aqueles que chegam no Brasil e procuram a Polícia Federal e faz. Nós sabemos, para cada número oficial, tem, pelo menos, um ou dois, que não procuraram a Polícia Federal, principalmente aqueles que respondem por delitos e crimes na Venezuela. Eu estimo que, hoje, haja mais de 100 mil venezuelanos. Isso representa um terço a mais de habitantes em Boa Vista, porque Boa Vista tem em torno de 320 mil habitantes e, se tiver 120, o aumento é de 33% em número de habitantes em um ano. Não há serviço público que atenda essa explosão demográfica, isso tudo está caindo nas costas da Prefeitura de Pacaraima, da Prefeitura de Boa Vista e, principalmente, do Estado de Roraima. Se vocês forem ver o Hospital Geral, na emergência, as pessoas que são atendidas já estão quase igualando com os números de brasileiros e venezuelanos. Se você for no hospital de Pacaraima, mais de 75% das pessoas atendidas são venezuelanos. As mulheres venezuelanas grávidas estão atravessando a fronteira, mesmo aqueles que não estão morando aqui, mas que ainda estão em Santa Helena, cidades vizinhas, povoados, estão vindo no hospital em Pacaraima ou em Boa Vista ter seus filhos, porque eles não têm mais nada, não tem assistência nenhuma para dar a essas pessoas. Se você for verificar, na área da segurança pública, em 2016, nós tivemos 356 ocorrências envolvendo venezuelanos, em 2017 foram mais de mil e setecentos e, agora, em 2018, superou muito nesse primeiro semestre, que no ano anterior, isso do ponto de vista do serviço público.

Agora vamos para a iniciativa privada e cheguem em obras que tem 20, 30 operários, pedreiros, serventes de pedreiros, auxiliares. Têm milhares trabalhando. E verifique se metade são venezuelanos, no subemprego, com o salário bem menor que recebia o brasileiro com carteira assinada, com direitos trabalhistas. Enfim, vai nos supermercados ver quantos caixas e repositores estão trabalhando e quantos são venezuelanos. Então, há uma disputa por um emprego no comércio, na iniciativa privada gigantesca. E quem está sentindo isso? O cidadão brasileiro. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Deputada Lenir. Nós sabemos disso e de diversos protocolos e acordos internacionais para tratar e receber refugiados. O povo brasileiro é um povo amigo. O Brasil é uma nação amiga. Mas nós temos um limite, Roraima tem um limite. O Governo do Estado já gastou mais de 250 milhões de reais a mais em serviços públicos,

com a crise migratória venezuelana. De um estado que tem orçamento um pouco mais de três bilhões, que representa mais de 10% de gastos a mais, Deputado George Melo. É fácil vir aqui falar e ainda mais para um governo que pegou um estado com uma dívida astronômica de governos anteriores, que representa em torno de 300 milhões ao ano os pagamentos de dívidas de exercícios anteriores. Cerca de 10% também do orçamento vai para isso. Então, administrar um Estado nessa situação não é tarefa para qualquer um, e a Governadora Suely Campos, com todas as dificuldades, não parcelou salários como tem outros estados que tiveram que parcelar. Então, o Governo Federal tem que pagar sua conta. O décimo terceiro está na conta hoje dos servidores públicos. Com todas as dificuldades, dizer que nenhuma secretaria presta, Deputado, está faltando com a verdade, está cometendo injustiça com excelentes técnicos que trabalham dia a dia em todas as secretarias desse estado. Com todas as dificuldades que foram herdadas dos governos anteriores, manter os salários em dia, manter o serviço público em dia, me desculpe, Deputado, não poderia me manter calado. Roraima passa hoje a maior crise em todos os tempos, além das questões econômicas, financeira e orçamentárias, e esta questão da crise migratória só vai piorar. Embora o Brasil seja signatário de todos os protocolos internacionais e apoio a refugiados, nós temos um limite, e o Governo Federal precisa arcar com sua responsabilidade, dar suporte. Eu estive numa segunda-feira com o Presidente da República em Brasília, levei e mostrei o quadro. O Governo do Estado e outras lideranças fizeram isso. Uma semana depois, o Presidente esteve aqui com cinco ou seis ministros. Aqui, tive oportunidade de, nessa reunião, falar a nossa posição. Enquanto Presidente do Parlamento Amazônico, fizemos sugestões ao Presidente, só deixar entrar o refugiado se ele apresentar carteira de vacinação. Não está sendo feito isso, não tem esse controle. A instituição de carteira de identidade provisória, sugerimos adoção disso, por quê? Quando se vai em local de crime aqui, vai se buscar indício de autoria, se for venezuelano, e entre o bom vêm os maus, você não vai encontrar identificação em nossos registros. Ao se instituir uma carteira de identidade provisória para imigrante, nós vamos ter as impressões digitais dele. Se ele praticar um homicídio, crime, assalto, latrocínio, vai ficar a impressão digital e nós vamos conseguir identificar imediatamente.

Então, têm diversos pontos que tem de ser feitos, por isso vosso pronunciamento é muito oportuno. Me permita, me alio a ele. Acho que esta Casa, na liderança do Deputado Jalsler, que já demonstrou isso em outras oportunidades, poderia agregar e ser o catalizador de todas as lideranças desse estado, de todos poderes, da sociedade civil organizada. E nós fazermos uma frente, para vermos a responsabilidade do Governo Federal e darmos suporte à Prefeitura de Boa Vista, Prefeitura de Pacaraima, ao Governo do Estado, Prefeitura de Mucajaí, Rorainópolis, Caracará, também Amajari, onde tem mais de dois mil venezuelanos, para que possam arcar e fazer frente a essa demanda que tem aumentado o serviço público, e não apenas a Prefeitura de Boa Vista. Acho que nossas lideranças, em Brasília, têm que deixar essa bandeira política de lado, partido A e B, e focar com todos os municípios do estado, porque senão, daqui para o fim do ano, vai ter mais 200 mil venezuelanos. O quadro só vai piorar. O Brasil gasta bilhões de dólares todos os anos mandando força de paz para outros países, outros continentes, como agora há pouco no Haiti. Estivemos na África. Inclusive, participei dessa missão, em 1994, para mostrar para a comunidade internacional que o Brasil tem condições de ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para mostrar para comunidade internacional que o Brasil é uma grande Nação e tem direitos. Ela é oitava economia do mundo e, para isso, gasta bilhões investidos com força de paz. E nós temos uma oportunidade hoje, Deputado Joaquim, meus caros colegas, aqui no Estado de Roraima, aqui na nossa Casa, demonstrar que o Brasil tem capacidade de administrar esses problemas, mas não está demonstrando. O Brasil é muito maior que isso, jamais podemos virar as costas para nossos irmãos venezuelanos, mas, do jeito que está sendo tratado em Brasília, estamos dando um péssimo exemplo, e quem está pagando com isso é o povo roraimense. Obrigado, Deputado, parabéns.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Obrigado, Deputado Chagas, pelo seu aparte. Concluindo, quero deixar um dado que não é meu, é da Comissão de Saúde. No primeiro semestre que o Deputado Chagas colocou, o problema de doenças venéreas dos venezuelanos atendidos no Hospital Geral já supera o de brasileiros. Na área de oncologia, coração e a parte de acidentes ocorridos na estrada da Venezuela e quantas ambulâncias de Ciudad Bolívar, Puerto Ordaz e São Félix, que entram pela urgência e emergência do Pronto Socorro, já superam toda urgência e emergência ocorrida no Estado de Roraima. Os



dados estão aí para que a gente veja. Prestem atenção, vem ambulância de Ciudad Bolívar e Puerto Ordaz, de emergência e urgência. Não podemos deixar de atender, é uma vida que está em jogo. Mas quero encerrar parabenizando todo trabalho que foi feito pela equipe técnica da Prefeitura de Boa Vista, dando o perfil da situação atual e do que vamos enfrentar até dezembro.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, requeiro o tempo de liderança.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Concedo o tempo de liderança ao Deputado George.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores, bom dia. Nesta manhã de hoje, não poderia deixar de registrar algumas coisas que ouvi. Por exemplo, o Deputado disse que, se a fome é grande, há vontade de roubar. A família da governadora, quando entrou no governo, veio com esse intuito de roubar o estado. É a legalização da vontade de roubar. Quer dizer, tudo é permissível neste momento. Isso é um absurdo, senhoras e senhores, a gente ouvir isso! Eu não consigo entender. Nunca veio tanto dinheiro para Roraima como veio agora para este governo. Os maiores FPE que tiveram ICMS. Mas o dinheiro não dá, vai tudo para as empresas de Manaus. Pode pegar o orçamento da União e colocar em Roraima, se colocar na mão da família da governadora, o dinheiro não vai dar, vai continuar faltando remédio, material cirúrgico, vai continuar criança sem comer na escola, vai continuar sem estrada e, infelizmente, esse governo não tem limite. Eu rezo todo dia para que ele acabe, porque ninguém aguenta mais. Os comerciantes estão parados, não tem ninguém mais trabalhando, porque não entra ninguém para comprar. O dinheiro parou de circular em Boa Vista, o dinheiro todo daqui vai pra Manaus. Isso eu não aceito, não adianta vir aqui com balela. Colocam empresa de Roraima, isso que Roraima precisa, o comércio está esperando isso. Agora querem uma fatia grande do Governo Federal, senhoras e senhores. Infelizmente, esse governo não tem limite. Eu não poderia deixar de falar, estava engasgado, querendo colocar os problemas do estado todo em cima dos venezuelanos. Precisa sim, tem limite, mas é a corrupção que está imperando e a gente não pode aceitar isso. O governo precisa fazer um exame de consciência. Esse governo que não se preocupa com a população e sim só com sua família. Infelizmente, não poderia aceitar que a gente destoasse e dizer que os problemas do estado hoje são do Governo Federal. Que é isso? Nunca veio tanto dinheiro para Roraima, como agora. Inclusive, para vocês terem uma ideia, nos dois anos que passaram, a governadora só pagou os servidores por causa da repatriação. A folha fez uma comparação outro dia do repasse do FPE, sempre aumentando dos anos anteriores e, mesmo assim, se você for no HGR, você vai ser tratado com água, porque não tem remédio, infelizmente. Bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais orador, suspendo a Sessão pelo tempo necessário para recomposição da Mesa.

(Reaberta a Sessão).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Neste momento, atendendo ao Memorando nº 001/18, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 052/18, transformo a Sessão em Audiência Pública, momento em que esta Casa discutirá acerca do Decreto Legislativo nº 003/18, que susta os efeitos do Convênio nº 001/2015, que celebra o Estado de Roraima, através da Polícia Militar de Roraima – PM/RR, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, o município de Boa Vista, por intermédio da Secretaria Municipal de Trânsito – SMST e da Superintendência de Trânsito – SMTRAN, e suas prorrogações.

Bom dia, senhoras e senhores, vamos dar início à Audiência Pública que foi aprovada por esta Casa, por meio do Requerimento da Comissão Especial, que foi criada para discutir a fiscalização eletrônica no trânsito da nossa capital. Essa Comissão é composta por esse Deputado e os Deputados Valdenir, Zé Galeto, Gabriel Picanço, Soldado Sampaio, Oleno e a Deputada Lenir Rodrigues. Vamos, hoje, discutir com as autoridades ligadas ao trânsito, com as entidades de classe, taxistas, cooperativas, sociedade civil organizada. Todos terão voz para que a gente possa buscar o entendimento de um trânsito seguro, sem que isso seja caracterizado como uma indústria de multas, como há o clamor que a gente houve da sociedade.

Eu convido, para compor a Mesa dos trabalhos, a Deputada Lenir Rodrigues, que é a relatora da Comissão. Convido o Subcomandante Geral da Polícia Militar, Coronel Magalhães José Damasceno, para compor a Mesa dos trabalhos. Convido o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito, Antônio Francisco Bezerra Marques, para compor a Mesa dos trabalhos. Convido o Vice-

Presidente da Comissão Especial, Deputado Valdenir Ferreira. Convido os Senhores Deputados Soldado Sampaio, Oleno Matos, Zé Galeto e Gabriel Picanço, para compor a Mesa dos trabalhos. Convido o Senhor Presidente Regional do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima – CREA/RR, Volnei Costa Parente Júnior, para compor a Mesa dos trabalhos. Convidamos o Presidente do Sindicato dos Taxistas, Francisco Sales de Lima. Convidamos o Presidente da Associação dos Taxistas Convencionais, Senhor Marino Jorge Costa. Convidamos o Presidente da Cooperativa Rio Branco, Senhor Erbete Alves Ribeiro. Nós convidamos todas as cooperativas de transportes intermunicipais do Alto Alegre, Amajari, Mucajaí, Cantá, Caracará, Normandia e Pacaraima, representando essas cooperativas convidamos, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, a senhora Edilândia dos Santos Soares, que é da cooperativa do Bonfim. Convidamos o Representante do Sistema OCB, o Senhor Marcos Paixão. Convidamos o Vice-Presidente do SINDETRAN, Senhor Felizardo Freitas. Convidamos o Presidente da Cooperativa de Mucajaí, o Senhor Odilon. Convidamos o Presidente da Cooperativa de Pacaraima, o Senhor Jakson Douglas Paes Pereira. Acredito que a Mesa assim composta, estará bem representada em todos os setores do trânsito. Queremos informar que convidamos também, para essa audiência pública, a Prefeitura Municipal de Boa Vista, através do Secretário Municipal de Trânsito, que, infelizmente, não se fez presente para tratar de um assunto tão importante para o cidadão roraimense.

Composta a Mesa, desde já agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Audiência Pública, para tratar sobre o Decreto legislativo nº 003/18, que susta os efeitos do convênio nº 001/15, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Boa Vista e o DETRAN, e suas prorrogações. Convidamos a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional e o Hino do Estado de Roraima.

(Execução dos Hinos).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nós queremos informar a todos que esta audiência está sendo transmitida pela TV Assembleia, canal 57.3, e gravada para posterior transcrição da Ata.

Quero também informar a todos que nós pretendemos conduzir os trabalhos da seguinte forma: vou fazer a abertura e explicar o porquê da audiência e, logo em seguida, abriremos a palavra, inicialmente para os representantes da sociedade, para alguém que queira fazer alguma pergunta as autoridades aqui presentes, presidentes de associações de táxis ou cooperativas. E após isso, vamos passar a palavra para as autoridades presentes, como o DETRAN, o subcomandante da Polícia Militar, o representante do CREA/RR e, finalmente, passaremos para os deputados fazerem suas colocações. Então, essa será a dinâmica dessa audiência pública. E, de pronto, já vou fazer uso da palavra, procurando otimizar o tempo para que a gente possa evoluir.

Peço ao Vice-Presidente que assuma a cadeira para que eu possa falar da tribuna com mais tranquilidade.

O Senhor Presidente **Valdenir Ferreira** – Com a palavra, o Senhor Deputado Coronel Chagas, Presidente da Comissão Especial Interna, criada através da Resolução nº 008/18.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos os deputados presentes que fazem parte dessa Comissão e quero, através do Subcomandante da Polícia Militar, Coronel Damasceno, e do Presidente do DETRAN, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes; e, através da Edilândia, Presidente da Cooperativa de Transporte do Bonfim, gostaria de cumprimentar todos os demais presidentes, representantes de sindicatos e associações, e a todos, o meu cordial bom dia. Por que estamos aqui hoje nesta audiência pública? No início do ano, começou um clamor na sociedade em virtude de um elevado número de multas que estavam chegando nas residências e continuam chegando. Pessoas que nunca, em mais de 30 anos dirigindo veículos nesta cidade, jamais chegaram a ter uma notificação de multa sequer, de infração de trânsito. Nunca se envolveram em acidentes de trânsito e, em pouco mais de 60 dias, viram chegar em suas residências mais de 30 multas. E outros inúmeros casos que chegaram a esta Casa. Há números que mostram que, a partir de três atos administrativos da prefeitura do Boa Vista, começou a acontecer um aumento significativo nas notificações de infração de trânsito na capital do nosso estado.

O primeiro ato a que a gente se refere é uma portaria editada pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Trânsito, que dispõe sobre normatização de avaliação e indicadores das atividades desenvolvidas na Secretaria Municipal de Trânsito. Essa portaria aprova índices de produtividade. Quer dizer, ela obriga os agentes de trânsito a ter, pelo menos, 70 ações por mês. Que tipo de ação: educativa ou

repressiva? Tem que ter mais de 70 ações por mês para não ter um conceito insuficiente. Nós sabemos que qualquer órgão de trânsito, já fui presidente do Detran e fui também comandante da PM, no máximo, faz uma ou duas ações educativas por semana nos semáforos ou faz uma blitz para orientar o cidadão. Se fizemos 30 ações por mês, mesmo assim, esse agente de trânsito teria que ter, no mínimo, 40 multas para completar as mais de 70 ações por mês, para não ser submetido a um processo disciplinar. Segundo ato administrativo: a Prefeitura autorizou a instalação de fiscalização eletrônica nos semáforos da nossa cidade. Terceiro ato administrativo: a Prefeitura autorizou a instalação de pardais em seis avenidas da nossa capital. Antes desses três atos, me corrija o Presidente do DETRAN, já que a Prefeitura virou as costas para esse debate e não enviou nenhum representante, antes da edição desses três atos, a média mensal de notificações enviadas pela prefeitura ao DETRAN, que é quem tem o controle do sistema, era de 800 multas/mês. A partir desses três atos, mormente o mês de novembro/dezembro, essa média passou para mais de 20 mil multas mensais. Quem é bom de matemática pode nos dizer quantos mil por cento foi aumentado. Isso gerou o clamor da sociedade.

Em razão disso, esta Casa, através do PROCON/Assembleia, em razão de manifestações feitas aqui, por intermédio do Deputado Oleno, Deputado Gabriel, Deputado Sampaio, eu mesmo e outros deputados, que fizeram apartes e colocações, entramos com uma ação na justiça em razão do clamor da sociedade quanto ao elevado número de multas. O PROCON verificou que não foram realizados estudos técnicos e aprovação das medidas pelo Inmetro nesses equipamentos. Enfim, alegou, na sua ação, junto à Vara da Fazenda Pública, que a instalação foi irregular, destituída de documentação exigida e que não foi precedida de um amplo debate com a sociedade. Toda mudança de tipo de fiscalização, no que se refere a trânsito, falo isso com conhecimento, tem que ser precedida de um amplo processo pedagógico e educativo, onde você prepara a sociedade e o cidadão para essas mudanças. Isso também não aconteceu. Para se instalar equipamentos desse tipo, há uma Resolução no Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que exige esse debate, essa orientação, esse processo pedagógico, para, somente então, ir para essas medidas repressivas. O caráter das multas tem que ser eminentemente educativo e repressivo, jamais arrecadatório. E foi essa sensação, esse sentimento, que passou a aflorar na sociedade aqui em Boa Vista. Em razão disso, então, o PROCON entrou com uma ação com esses argumentos. O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública deu uma liminar suspendendo a aplicação das multas. Cerca de um ou dois meses depois, o Tribunal de Justiça, em uma decisão monocrática, cassou essa liminar e os pardais voltaram a funcionar. Restou a esta Casa, então, propor, como propusemos, um Projeto de Decreto Legislativo, meu caro ex-deputado Titonho, atual Presidente do DETRAN, com a finalidade de sustar um convênio que existe entre a prefeitura e o DETRAN. Esse convênio é que permite a prefeitura encaminhar e lançar no sistema as multas no prontuário de cada motorista e os pontos também. E esta Casa votou esse Projeto de Decreto Legislativo sustentando os efeitos desse convênio com a prefeitura, para que, em um prazo de 120 dias, se promovesse o debate entre a Assembleia, a sociedade, as entidades e a prefeitura de Boa Vista sobre todos esses três atos normativos: a portaria, que olhando sob um ponto mais rigoroso, pode-se dizer que caracteriza até assédio moral do administrador para com o servidor público, obrigando-o a praticar ações para poder ter um conceito favorável para promoção ou para não responder a um PAD, e os outros dois atos, que instalam esta fiscalização.

Esse Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado e foram encaminhadas cópias da publicação desse ato, assinado pela Mesa Diretora, ao Presidente do DETRAN, para cumprimento, e também para a Polícia Militar, para a Prefeitura Municipal de Boa Vista, à Secretaria Municipal de segurança e Trânsito, para o cumprimento disso. E, agora, dando ainda cumprimento a este Decreto Legislativo, esta Casa nomeou esta Comissão para debater este assunto. O que nós queremos não é acabar com a fiscalização, pelo contrário, sou um policial, estou deputado, e sei que nós precisamos ter um trânsito seguro, mas que essa segurança não seja sinônimo de arrecadação, indústria de multas como está acontecendo aqui em Boa Vista. Nós precisamos discutir, por exemplo, se esta fiscalização eletrônica está nos pontos que, antes dessa fiscalização, eram pontos que tinham elevados índices de acidentes. E, pelo conhecimento que tenho, pelo menos de 9 ou 10 anos atrás, quando estava no comando da PM, e mais tempo quando estava no DETRAN, não são os pontos que tinham mais acidentes na nossa capital. Por que instalaram nesses pontos se ali não haviam acidentes assim? Será que é uma pegadinha, porque ali o motorista, inadvertidamente, sem ter uma

sinalização adequada, vai ser multado? Esse é um dos pontos que temos que discutir: quais são os pontos que realmente têm acidentes na nossa cidade e que precisam de fiscalização eletrônica? Esse é um ponto. Os equipamentos foram devidamente aferidos conforme a resolução do CONTRAN? Houve um estudo prévio para definir os pontos? Não houve. A Prefeitura deveria estar aqui para fazer o contraditório, não está. Mas isso não vai impedir que esta Casa e a sociedade debata sobre esse assunto, porque esta Casa pode, sim, tomar providências mais. Tem muitos pontos que devemos discutir. Essa portaria que define regras para a produtividade, para ascensão na carreira, Deputado Sampaio, todos nós que somos legisladores sabemos que critérios para ascensão de carreira não se define por portaria nem por decreto, é por lei. Se querem definir critério de produtividade muito mais, que sejam encaminhadas, por qualquer outro órgão de fiscalização. Recomendações nesse sentido têm que ser encaminhadas para a Câmara de Vereadores, se tratar de servidores municipais; para a Assembleia, se tratar de servidor estadual; e para o Congresso Federal, se for servidor público federal. Jamais por um ato de um secretário municipal impondo, de forma coativa e até, como disse antes, com assédio moral, imposições para terem mais de 200 ações por mês, para ter um conceito considerado excepcional e para ter preferência para a promoção. Esses pontos, apesar de a Prefeitura não estar presente, nós vamos discutir e vamos transmitir à sociedade, porque muito embora o Tribunal de Justiça tenha cassado a liminar que suspendeu essa fiscalização eletrônica, o mérito dessa ação movida pelo PROCON/Assembleia ainda não foi julgado. E, em outros estados, tem ações semelhantes. A exemplo, no estado de Alagoas, onde na capital Maceió, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública e o juiz da Fazenda Pública não só sustou como cancelou a fiscalização eletrônica, porque, da mesma forma que aqui, não houve um estudo prévio dos pontos onde deveriam ser instalados. Da mesma forma que aqui, lá em Maceió, não houve um amplo debate com a sociedade, não houveram campanhas educativas para preparar a sociedade para isso. E ele suspendeu a fiscalização eletrônica e determinou que a Prefeitura e o DETRAN cancelassem todas as multas, o lançamento dessas multas nos prontuários e dos pontos desmontados do cidadão. O que se procura aqui é esse debate, essa ampla campanha educativa. A Prefeitura poderia ter aproveitado esse período de tempo não para aplicar multas, mas sim para fazer uma campanha educativa e só então, em um segundo momento, partir para a parte repressiva. Mas ela partiu primeiro para a parte repressiva, arrecadatória. Acredito que a justiça pode, efetivamente, determinar, da mesma forma que o fez a justiça de Alagoas, anulando todas essas multas e considerá-las como um instrumento pedagógico, educativo, e passar a régua, e começarmos do zero para podermos, com isso, ter justiça e proporcionalidade. Então, eu desejo a todos uma boa audiência pública e que a gente possa encontrar soluções para, realmente, termos um trânsito seguro, mas sem que tenhamos uma indústria de multas em nosso estado. Muito obrigado a todos e vamos dar continuidade a nossa audiência pública.

Neste momento, convidamos os representantes das entidades presentes para fazer uso da palavra, aqueles que queiram. E vamos estabelecer um tempo máximo de quatro minutos para cada orador e, aí, peço à equipe técnica que, quando completar o tempo, nos dê um sinal sonoro para que o orador saiba que encerrou seu tempo. Então, neste momento, convido, para fazer uso da palavra, o Presidente do Sindicato dos Taxistas, o senhor Francisco de Sales Lima.

O Senhor **Francisco de Sales Lima**, Presidente do Sindicato dos Taxistas – Bom dia a todos. Agradeço pelo convite feito ao nosso sindicato, o SINTACAVER, onde representamos todo o estado, os taxistas de placa vermelha. Gostaria de agradecer aos representantes das cooperativas que são nossos parceiros, e esperamos que, nessa audiência pública, que está vindo em boa hora, saia algo positivo, porque é isso que a nossa classe e toda a sociedade espera, pois todos estão sendo prejudicados por esses inúmeros autos de infrações desses pardais que foram instalados, acredito eu, de forma não tão regular como deveria. Gostaria de falar da nossa classe, pois tenho recebido diariamente taxistas reclamando do alto número de multas. Tenho um caso aqui que até gostaria que alguém me convencesse - pois o pessoal do SMTRAN não veio para a audiência - sobre o caso de um taxista que levou duas multas recentes, com diferença de uma semana para outra, desse pardal da Ville Roy, sentido São Vicente, em frente à Mabel, onde o limite de velocidade permitido é de 50Km. Esse rapaz passou a 60Km/h. O limite considerado no boleto da multa foi de 53km, na outra infração, com alguns dias de diferença, mas, no mesmo local, o limite considerado foi de 58 km/hora. Então, há uma diferença de 53 Km para 58Km. E aí está minha dúvida. Por isso queria que tivesse alguém do SMTRAN aqui para me explicar essa diferença, pois eu

não entendo. Então, casos assim como esse de taxistas são inúmeros. Tem outro de um taxista que tem me procurado há vários dias, dizendo que ele já tem para mais de 60 pontos inseridos no seu prontuário. A preocupação não é só dele, mas minha também como representante dos taxistas. E como vai ficar esse taxista daqui há alguns anos. E, se não me engano, o DETRAN tem de três a cinco anos para notificar a pessoa para apresentar recurso de suspensão do direito de dirigir. Então, no momento, não tenho conhecimento de algum taxista que está deixando ou deixou de trabalhar por conta de suspensão de carteira, mas, futuramente, com certeza, terá inúmeros, já que o sistema de fiscalização eletrônica é novo. Então, o que a gente espera é que seja encontrada uma solução para que pais de família, mães de família, que também temos na nossa categoria, amanhã ou depois não percam o direito de trabalhar, pois isso vai afetar demais no orçamento. Como todos sabem, todos os taxistas dependem da sua CNH para trabalhar e garantir o sustento das suas famílias. Amanhã ou depois, tendo que responder a um processo de suspensão de CNH, como ficará o sustento das suas famílias?

Então, esperamos que possamos sair daqui, hoje, com uma posição que agrade não só a categoria que eu represento, mas toda a sociedade que faz uso do trânsito em nossa capital, enfim, no nosso estado. Era isso que eu gostaria de dizer, bom dia a todos e muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Agradecemos a participação do Senhor Presidente do Sindicato dos Taxista. Convidamos agora o presidente da Associação dos Taxista Convencionais, o Senhor Marino Jorge Costa.

O Senhor **Marino Jorge Costa**, Presidente da Associação dos Taxista Convencionais – Em nome do Deputado Coronel Chagas, saúdo a todos da Mesa e agradeço o convite porque é muito importante a gente do transporte fazer parte de uma audiência dessas, pois hoje, representando a Associação dos Táxis Convencionais, temos recebido muitas reclamações por conta das multas que estão sofrendo diariamente. A maior preocupação é com relação a pontuação da CNH, porque nossa categoria depende dela, e dizem que agora são só 14 pontos para perder a CNH. Então, essa situação está assustadora, pois o táxi convencional já não está faturando mais nem para a gasolina e agora vêm essas multas abusivas...

Nós não somos contra a fiscalização no trânsito, mas como está sendo feita é um absurdo. Além dos radares fixos ainda tem os radares móveis. Mesmo não sendo engenheiro de trânsito, acredito que tenha que ter uma sinalização para o radar móvel também, pois hoje eles utilizam o radar móvel aleatoriamente, não sinalizam e ainda colocam o carro da fiscalização escondido para os motoristas não verem que estão sendo multados pelo radar móvel. Acredito que isso não seja certo. Hoje os motoristas levam duas ou três multas de radar móvel. Espero que esta audiência pública tenha sucesso. É muito importante essa colocação do Deputado Coronel Chagas, porque do jeito que as coisas estão, daqui a um tempo não terá nenhum taxista com condições de rodar na cidade. Eu tenho 30 anos de praça e nunca peguei uma multa e quando foi agora peguei uma multa porque parei perto da faixa, não ultrapassei o sinal, quando vi, já estava sendo multado na faixa. Acho isso um absurdo, acho um assalto a mão armada esse tipo de sinalização, de fiscalização, não só para a categoria dos taxistas, mas para toda a população que também está sendo penalizada. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado, senhor Marino. É importante destacar que essa fiscalização móvel ou à distância em vias que já tem fiscalização fixa, tem que obedecer a uma distância mínima, se não me engano é de um quilômetro. Nós vamos verificar no CONTRAN e aqueles cidadãos que estão sendo notificados por infração em uma distância menor, com certeza entrando com o recurso poderá arquivar essa multa. Mas eu já os vi a pelo menos 300 metros de ponto fixo, com a fiscalização móvel. Isso aí está dentro daquela portaria de produtividade, por mais que o agente saiba que aquela multa poderá ser anulada, arquivada, ele fez a sua produtividade. Mas quantos cidadãos têm condições de entrar com um recurso ou saber desse dispositivo que estabelece uma distância mínima entre o móvel e o fixo?

Convidamos agora para fazer uso da palavra o Subcomandante Geral da Polícia Militar Coronel Magalhães José Damasceno.

O Senhor Coronel **Magalhães José Damasceno**, Subcomandante Geral da Polícia Militar – Senhoras e senhores, bom dia. Senhor Deputado Coronel Gerson Chagas, Presidente da Comissão, Excelentíssimo Senhor Deputado Gabriel Picanço, Excelentíssima Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Excelentíssimo Senhor Deputado Soldado Sampaio, Excelentíssimo Senhor Presidente do DETRAN,

Titonho Bezerra, em nome do qual saúdo os demais integrantes da Mesa dos Trabalhos. Senhoras e senhores presentes nesta sessão, nosso cordial e especial bom dia.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao convite, porque a Polícia Militar como parceira da sociedade não poderia deixar de estar aqui presente nesta audiência, até porque temos como objetivo servir e proteger a sociedade roraimense. Sabemos que o tema ora aqui debatido é complexo e polêmico, mas, com certeza, o debate é realmente indispensável, até porque é através do debate e do diálogo em um país democrático de direito que se consegue os objetivos que a população merece e espera de todos. Realmente, no tocante à atividade exercida pela Polícia Militar de Roraima nós temos alguns dados. Não é estranheza para os senhores que, antigamente a Avenida Centenário era tida como campeã de acidente de trânsito. Foram adotadas algumas alternativas que hoje amenizou, e está se resolvendo a situação. A avenida Centenário ela já foi muito vulnerável, muito acometida por acidente de trânsito, então nós temos alternativas que poderão ser utilizadas a fim de amenizar a situação ora existente. Só para os senhores terem uma ideia, nós temos hoje aqui na cidade de Boa Vista, já materializada pela parte estatística da Polícia Militar de Roraima, no que diz respeito ao atendimento na parte de acidente de trânsito, nós temos a avenida Ataíde Teive, a campeã. Inclusive, o Diretor Presidente Titonho poderá também ratificar essa informação. Nós temos como segunda opção, como a avenida com mais acidentes, a Ville Roy. Inclusive, Senhor Deputado Coronel Chagas, Presidente da Comissão, nós temos os dados e de acordo com a parte científica temos os locais que são mais vulneráveis, destacando que na Ville Roy o local mais vulnerável que tem ocasionado mortes com perdas humanas é em frente ao Canarinho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Me permita comandante fazer uma pergunta? Esses pontos onde têm os radares são os mais vulneráveis?

O Senhor Subcomandante Geral da Polícia Militar Coronel **Magalhães José Damasceno** - Não necessariamente, o que nós temos hoje é em frente ao Canarinho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não é lá em frente a Salomão Veículos, né?

O Senhor Subcomandante Geral da Polícia Militar Coronel **Magalhães José Damasceno** - Em frente ao Canarinho nós temos um local vulnerável, um local sensível, inclusive um quebra-molas poderia resolver a situação lá em frente ao Canarinho. Nós temos a Ataíde Teive, que devido ela ter um grande fluxo de veículos, e também a título de informação para os que estão presentes, nós temos também os horários e dias da semana de maior incidência. Esse debate, nessa ocasião, é muito oportuna e conveniente para que a gente chegue a um consenso de controle e de equilíbrio para todos. Como Vossa Excelência já falou primeiramente, o caráter pedagógico e educativo, ele, além de primordial, é imprescindível também. Nós temos um ponto vulnerável – que, inclusive o coronel Damasceno, na condição de cidadão, na condição também de policial militar, de autoridade, subcomandante da Polícia Militar de Roraima - nós temos um local muito vulnerável já detectado pela Polícia Militar do Estado de Roraima, detectado pelo Detran, detectado também pela sociedade, um local que, quem for passar pelo local, tem que tomar muito cuidado, tem que ficar bastante atento, é na avenida Terêncio Lima com a rua professor Diomedes. Eu gostaria humildemente de solicitar a comissão presente para que registrasse em ata o pedido de um semáforo naquele local, porque não se admite de seis a sete acidentes naquele local, são locais determinantes...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Naquele ponto não tem semáforo?

O Senhor Subcomandante Geral da Polícia Militar Coronel **Magalhães José Damasceno** - É a Terêncio Lima com a Professor Diomedes, é ali após o SAIS, atrás do quartel do Comando Geral, do comando de policiamento da capital, então, são pontos vulneráveis. Nós temos também como local de incidência aqui no início centro bairro, também como local vulnerável, ele passa aqui no início da Ataíde Teive.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Vossa Excelência pode continuar.

O Senhor Subcomandante Geral da Polícia Militar Coronel **Magalhães José Damasceno** - Também, senhores da comissão, nós temos o levantamento dos dez bairros com mais incidência aqui no estado de Roraima, começando pelo centro, devido ao grande fluxo de veículo durante o dia e isso à noite cai. Em segundo vem os bairros Asa Branca, Mecejana, São Vicente, Caimbé, São Francisco, Buriti, Liberdade e Cidade Satélite, são os dez bairros de incidência de acidente

de trânsito. Lembrando também que na avenida Mário Homem de Melo nós temos um pardal instalado ali após a Vila Nicho, mas está registrado como local de acidente, a Mário Homem de Melo no cruzamento com a Terêncio Lima, ali, na avenida Venezuela com a Mário de Melo de Melo. Esses são os locais mais vulneráveis, lembrando aos senhores que existem várias medidas que poderão ser adotadas e poderão ser utilizadas a fim de que o cidadão possa conduzir seu veículo. Como nós observamos aqui, são vários profissionais que são condutores de veículos que estão no trânsito no dia a dia, taxi, que estão exercendo sua profissão e que labutam na sua atividade diária.

Somente, ressaltando, que nós temos um grande índice de acidente de trânsito, que começam na quinta-feira, sexta, e no domingo, após as dezessete horas, é o ápice dos acidentes de trânsito. Depois nós temos uma queda dos acidentes de trânsito, caindo na parte da madrugada de domingo para segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, mantém estável. Ele volta a crescer novamente, Senhores Deputados e Deputada Lenir, a partir de quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo, ressaltando que a maioria das causas dos acidentes diz respeito à imprudência. Só para se ter uma ideia, deu entrada no HGR- Hospital Geral de Roraima 309 acidentados, 90% dos acidentes de trânsito envolvendo condutor de motocicleta e somente 18 acidentes de trânsito envolvendo carro de quatro rodas, somente. Então verifica-se que as pessoas que estão nas motocicletas estão mais vulneráveis. Só para você ter uma ideia, durante o ano de janeiro agora, de 2018, de janeiro e fevereiro, 27 pessoas aqui em Roraima perderam o seu bem mais precioso, que é a vida. 41% dessas pessoas estavam em motocicleta, foi o primeiro lugar e segundo lugar com motocicleta envolvendo ciclistas, com mortes, terceiro lugar envolvendo pedestre, em quarto e último lugar o condutor de veículo de quatro rodas. Então, a gente observa que a vulnerabilidade de quem conduz a motocicleta é muito grande, tem que tomar maiores precauções.

Quero agradecer a oportunidade e dizer que a Polícia Militar, por intermédio da nossa parte estatística, tem mais ou menos os locais que são vulneráveis, as cinco avenidas que são campeãs atualmente: Ataíde Teive, Ville Roy, Avenida Mário Homem de Melo, Avenida Princesa Izabel e Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes. Essas são as cinco avenidas que hoje estão elencadas na Polícia Militar de Roraima como a de maior incidência. Nós temos locais que estão materializados ser de maior vulnerabilidade de acidente de trânsito. Desde já agradeço a todos e estamos à disposição. Conte sempre com a Polícia Militar de Roraima, pois estamos cada vez mais para servir e proteger o cidadão roraimense. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Convido agora para fazer uso da palavra a senhora Edilândia Soares, Presidente da Cooperativa de transporte de Bonfim.

A Senhora **Edilândia Soares**, Presidente da Cooperativa de Transporte de Bonfim - Bom dia, Senhor Presidente. É com muita alegria que me manifesto em estar na Casa do povo, pois é onde a gente tem voz também. Eu fui convidada para participar dessa Audiência Pública, a qual eu represento a Cooperativa do Município de Bonfim e também sou presidente do Conselho Consultivo das Cooperativas de Transportes dos Sindicatos e Organizações da Cooperativa do Brasil do Estado de Roraima, que é CONSULCORTE, a qual eu também represento cargas pesadas, cargas secas e os intermunicipais. Agradeço ao Presidente da Comissão, o Deputado Coronel Chagas, pelo convite e pela oportunidade de participar da Audiência representando a categoria intermunicipal e as demais. Eu visualizo essa relação, que vem prejudicando muito os táxis intermunicipais, os caminhões de cargas pesadas, em relação a quê? Aos radares... em algumas capitais que eu estive, as placas de sinalização são maiores e aqui no estado além de ser menores... como já aconteceu, um caso de um motorista de Bonfim, até mesmo as árvores tiram a visão. A Ville Roy é um local onde tem um radar no São Vicente, onde já tirei até foto de árvores que estão atrapalhando a placa, uma pequena, onde prejudica aquele motorista que foi multado. Eu fui lá e tirei a foto para recorrer, a gente recorreu e não sei o que vai adiantar. Então eu vejo que deveriam dar uma olhada se realmente aquelas placas estão no tamanho certo, porque a gente que vem do interior não está acostumada a estar rodando direto na capital, quando chega e entra na cidade quer logo entregar os passageiros no terminal intermunicipal. Eu gostaria que olhassem isso com mais enfoque, me desculpem a expressão que vou usar, mas eu vejo isso como uma máquina de dinheiro certo, onde está prejudicando pais de famílias que vem trabalhar e procuram as melhorias. Quem vive isso no dia a dia é que está sendo castigado e é frequentemente. Eu tenho 18 anos como taxista e tudo que eu tenho, hoje, eu devo ao táxi, e estou sendo prejudicada. Eu nunca tinha sido multada nesses 18 anos e peguei

duas multas já. Então vamos acabar com essa fábrica de dinheiro, o povo já está cansado de pagar impostos. Eu tenho a minha habilitação e não sei nem quantos pontos eu perdi. Eu nem procurei saber porque a gente fica triste, a gente depende disso. Daqui a pouco são outros pais de famílias que vão ficar sem trabalhar por causa disso. Eu acho que a gente tem que procurar nossos direitos, sim, foi muito bom ter tido essa Audiência Pública e ouvir o povo falar, porque quem sente no bolso é o povo. Desde já agradeço a todos pelo apoio e em nome do Presidente Sílvio de Carvalho agradeço também, ele não pode estar presente, porque está adoentado. Desde já, muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Obrigada Edilândia por sua participação. Esse é um dos pontos que Vossa Senhoria colocou, no tocante ao tamanho da placa que indica e informa que tem fiscalização eletrônica. Nós temos aqui o engenheiro do CREA que pode, depois, nos auxiliar e, também, o Presidente do DETRAN. Mas nas chamadas vias rápidas, segundo a resolução do CONTRAN, a Ville Roy é considerada uma via rápida, assim tanto como a Ville Roy que vai para o Caçari, como a que vai para a rodoviária, assim como são as avenidas Brigadeiro Eduardo Gomes e a Mário Homem de Melo, que são consideradas vias rápidas. A resolução do CONTRAN estabelece que a placa de sinalização que informa ter fiscalização eletrônica tem que ter 75 centímetros de diâmetros, ou seja, quase um metro, e me parece que as placas que estão aí não têm mais que 50 centímetros de diâmetros. Então esse é um ponto muito importante que a Edilândia trouxe para a gente. Isso demonstra a importância que a prefeitura deveria ter tido com um amplo debate para tratar desse assunto antes.

Nós vamos passar a palavra para o Senhor Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR, Wolney Costa Parente Júnior.

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - Bom dia, Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas; bom dia, Deputado Gabriel Picanço, e o nosso companheiro Titonho, em nome do qual cumprimento os demais companheiros da Mesa. Só para fazer uma correção, deputado, hoje os arquitetos saíram, nós somos só o Conselho de Engenharia e Agronomia, o CREA-RR, para que eu possa fazer um relato breve, para que as pessoas entendam qual é o nosso papel... O Conselho de Engenharia e Agronomia é uma autarquia federal, onde o presidente é eleito para um mandato de três anos. Eu assumi esse ano agora e irei ter o meu mandato até 2020. E qual é o papel do CREA? O papel do CREA é de proteger a sociedade do exercício do leigo e do mal profissional. Então, o nosso objetivo é a fiscalização do exercício profissional. Por vezes a gente fica escutando coisas, e aí eu aproveito este Parlamento para a gente já estar explicando para ter um alcance muito bom. Deputado, caiu o poste, e o pessoal fala: "o CREA não fez nada". O CREA simplesmente vai fiscalizar o exercício profissional, nós fomos lá sim e vimos como estava a situação, mas por vezes a gente acaba..., por vezes é um trabalho da prefeitura e de órgãos como o da defesa civil municipal e estadual. As pessoas acabam cobrando para que o CREA faça esse papel, mas não é o nosso papel. Essa semana nós fomos de novo surpreendidos com a situação que construíram numa área de preservação permanente, e disseram que a culpa é do CREA. A culpa não é do CREA, o CREA não dá o direito de a pessoa construir. Ele só vai ver se tem uma pessoa responsável para construção e se tem o profissional, e ainda assim se ele construir em local irregular vai responder eticamente por isso. A prefeitura tem que tomar a atitude dela: por que foi construído naquele local tal? Tendo em vista o que eu tenho falado: qual é o nosso papel? É regular o nosso exercício profissional e proteger a sociedade.

Em outubro do ano passado, a nossa fiscalização de rotina se deparou com algumas pessoas instalando os pardais. Então o nosso fiscal parou e perguntou quem era o responsável técnico e qual era a empresa. Ele soube que tinha responsável técnico aqui no estado e que essa empresa não estava regulamentada aqui no estado, isso no dia 20 de outubro. Então ele fez um relatório de fiscalização, professora Lenir Rodrigues, nossa Deputada - eu estava cantando o hino e lembrei que quem me ensinou a cantar o hino foi a senhora, uns anos atrás no São José. Então, no dia 20 de outubro, ele fez um relatório e solicitou que a empresa pudesse estar se regularizando no CREA, porque esse é o nosso papel, a gente não chega multando, chutando a porta não. A gente tem todo um procedimento, tem prazo legais e a empresa não obedeceu a esse prazo, não se regularizou. Só no dia 09 novembro do ano passado, que nem era a minha gestão ainda, mas que a nossa fiscalização já vinha exercendo um papel interessante, ele foi e trabalhou de auto de atuação. Então, ele realmente autuou, fez auto de infração da empresa, baseado em quê? Nós temos uma lei, a nossa lei de responsabilidade da nossa

área de atuação, que é a Lei 5.194, que diz o que a gente pode fazer e o que a gente não pode, e quais as situações. Essa lei também diz o seguinte: Quais são as profissões que podem fazer o quê, e como que as empresas e os profissionais têm que proceder. Ora se essa empresa não está regularizada aqui no CREA-RR, ela não está exercendo legalmente o exercício dela. Então, entende o CREA que todo ato que a empresa ou profissional ligado a empresa fizer, ele é nulo de direito, até que ela passe a ser credenciada aqui no CREA.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - O senhor está se referindo a qual empresa?

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - A DATATRAFIC.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - A DATATRAFIC, é a empresa que é responsável pela instalação dos equipamentos de fiscalização de velocidade?

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Ela não está registrada aqui?

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - Agora, depois de sofrer o auto de infração, ela está procedendo o registro dela.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Mais uma informação importante para fazer chegar aos autos na ação que tramita na vara da fazenda pública.

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - Eu acredito que até já tenha, Deputado, porque a Assembleia solicitou da gente, e já passamos essa informação. Então o que eu estou passando para vocês é uma informação que é pública, que nós já repassamos para a Assembleia e que nós estamos posicionando o CREA de forma definitiva no papel do que ele precisa fazer para defender a sociedade. Então, você veja, são equipamentos que precisam de profissionais, que estejam aqui operando eles. São equipamentos que precisam ser vistoriados pelo IMETRO e tem que estar regulados, ou sofrer regulagens. Então, a gente não pode fazer de qualquer forma. Faço minhas as suas palavras, onde nós não somos contra a implementação de políticas que melhorem o nosso trânsito. A gente precisa realmente melhorar o nosso trânsito, mas sem fazer juízo de valor. Nós estamos analisando os fatos que a empresa precisaria está registrada no nosso conselho, temos prazos, os prazos não foram obedecidos, tivemos que fazer um auto de infração e nós seguimos orientando sempre a empresa para que ela se regularize.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Até o momento ela não está registrada?

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - Depois desse tempo todo, agora que está saindo o registro dela.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Em tese todas essas multas aplicadas estariam irregulares.

O Senhor **Wolney Costa Parente Júnior**, Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima - CREA-RR - Sim. Então, eu fico à disposição para que a gente não extrapole muito o tempo e qualquer indagação estou aqui à disposição para responder. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Nós é que agradecemos o senhor, Engenheiro Wolney Costa Parente Júnior, a informação importantíssima, essa trazida pelo CREA-RR, a empresa Datatrafic não está credenciada junto ao CREA de Roraima, portanto, é passível de nulidade essas infrações registradas. Nós convidamos agora o senhor Marcos Paixão, representante da UCB para fazer uso da palavra.

O Senhor representante da OCB **Marcos Paixão** - Excelentíssimo Senhor Presidente Coronel Chagas, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes e da Edilândia, em nome da qual cumprimento as demais pessoas participantes da Mesa. Senhoras e senhores, eu estou aqui representando o senhor Silvio de Carvalho, como bem disse a Edilândia, ele não está bem de saúde, não pode estar presente. Eu sou assessor jurídico do sistema OCB SESCOOP, e o sistema OCB SESCOOP é o Sistema S das cooperativas, e dentre as categorias cooperativadas que fazem parte hoje do sistema, que estão ligados à área de trânsito, as cooperativas de taxis, caminhões e semelhantes,

Edilândia, faz parte, inclusive como bem disse, do CONSULCORTE que é o nosso conselho consultivo, que representa essa categoria junto às entidades do estado, inclusive no Conselho Rodoviário Estadual. De forma pontual, a entidade está harmonicamente atendida, e de acordo com o entendimento desta Casa, quanto a essa Audiência e também aos apontamentos que foram feitos, já havia sido comentado pelo sistema OCB SESCOOP, se assenhorar de informações para que embasasse uma ação conjunta de todas as cooperativas de transporte contra a forma como foi instalado e a forma como está sendo operada hoje, os radares, ou popularmente, chamada de pardais. Nós já havíamos percebido que não havia sido cumprido todos os procedimentos necessários para instalação do sistema, como bem foi dito aqui, nós não somos contrários que se crie controles que reduzam, minimizem ou zerem, realmente, os acidentes de trânsito, que ceifam vidas, prejudica toda a cadeia produtiva do nosso estado e também da nação, mas não podemos em nome desse controle quebrar princípios, leis normativas. Nós temos, hoje, essa dificuldade, entendemos que vias onde seria necessário, não está, vias que estão não deveriam constar, há outras formas de controle. Entendemos que as placas, hoje, dos locais onde estão identificados esses radares, estão mal localizados, boa parte delas atrás de postes, atrás de árvores, a própria sinalização feita no chão vai apagando. Ontem mesmo, eu ali na Ville Roy na parte do São Vicente, ao fazer a rotatória perto dali daquele posto estrela, descendo do centro, estava ali os servidores do SMTRAN com o radar móvel, sem maiores identificações daquele uso. Eu sei porque não fui multado, até porque eu fiz a curva e estava descendo em velocidade baixa, percebi que era o radar móvel, mantive a minha velocidade a 50, mas eu sei que algumas pessoas que passaram por mim passaram muito mais rápido, talvez nem perceberam, e outros, quando perceberam, foi em cima. Ou seja, está havendo um verdadeiro atropelo, quanto ao sistema... queremos colocar, aqui, Deputado Coronel Chagas, que para a OCB, através da pessoa do Senhor Silvio de Carvalho, sempre foi necessário contar com o apoio de todos os Presidentes de Cooperativas ligadas à área de trânsito, para se mobilizar, para se reunir, quem quer que seja, para que nós possamos dar uma solução a essa situação, porque uma das principais preocupações, que inclusive foi colocada numa conversa pessoal com o nosso Presidente Silvio de Carvalho, foi essa. Nós auxiliamos dentro daquilo que permite a instituição, a defesa de alguns cooperados que sofreram essas multas, mas essas são ações muito pontuais e nos preocupa o excesso de multas, porque isso inviabilizará, daqui a pouco, o funcionamento da atividade das cooperativas, porque uma vez que o profissional, que está lá trabalhando, começar a ter a sua carteira suspensa, a atividade fica completamente prejudicada. Então há um prejuízo institucional, social, há um prejuízo humano. E em nome do nosso Presidente Silvio de Carvalho, em nome do sistema OCB SESCOOP, queremos deixar aqui a nossa posição no sentido de apoiar integralmente todas as ações que a Comissão dessa Casa, presidida pelo Senhor adotar, ou vier a adotar, e aquilo que nós pudermos subsidiar, pode contar conosco. É o que tínhamos aqui a pontuar.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Agradecemos a participação do Senhor Carlos Paixão da OCB e, agora, nós convidamos o Presidente do Departamento Estadual de Trânsito Titonho Bezerra.

O Senhor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito, **Titonho Bezerra** - Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os Deputados aqui presentes Gabriel; Valdenir; Sampaio; Lenir Rodrigues, Deputada e relatora; Coronel Chagas, que preside essa reunião; Deputado George Melo. Quero cumprimentar também o Felizardo e o Calisto do Sindicato dos Servidores do DETRAN, enfim, eu queria cumprimentar a todos e a todas as Cooperativas que estão presentes... os sindicatos, meu amigo Marino que está ali.

Eu queria primeiro dizer que é uma honra voltar nessa casa, acho que a Assembleia Legislativa faz um papel importantíssimo na sociedade e nesse quesito da discussão, hoje, Coronel Chagas, ela está fazendo realmente um papel primordial para a sociedade. Mas como nosso tempo é bastante corrido, eu vou tentar ser bem sintético, mas já digo que estou à disposição da Assembleia para a gente passar, depois, mais dados, mais detalhes. Como em Boa Vista há muita confusão, inclusive no começo havia muita cobrança e controle de velocidade de pardais e semáforos, que é de responsabilidade do município a municipalização dessa atividade. Claro que nós no DETRAN temos o sistema que é quem opera, e que era através do convênio que está suspenso pelo Decreto Legislativo da Assembleia, em pouco mais de cinco meses. E tem mais, temos em torno de 214 mil veículos no estado, quer dizer, mais da metade da frota, se fosse um para cada multa. Esses 214 são do estado e, na capital, temos algo em torno de 180 mil.

Então, a outra preocupação que foi colocada aqui pelo

sindicato é a questão da cassação da habilitação, inclusive, a gente tem feito campanha até para as pessoas irem ao DETRAN atualizar o seu endereço, porque a pontuação dela é automática no sistema, completou 21, não cai mais aquela pontuação. Né? Aí vai abrindo o processo e como foi dito aqui pelo presidente do Sindicato, que tem um prazo de cinco anos para fazer isso. Então, às vezes, a pessoa não era nem motorista profissional e, de repente, ele pegou uma pontuação na sua habilitação que era ainda a provisória, aquela de um ano... outro dia vi a situação de uma pessoa que era motorista do Araçatuba e há quatro anos ele tinha tido uma pontuação na provisória dele. Imaginem um motorista sem habilitação, isso é emissão, ele não tem mais como trabalhar, o taxista sem habilitação. A remunerada é muito mais fiscalizada, são muito mais rigorosos os critérios... Então, realmente, queria fazer um paralelo aqui, é que, realmente, a prefeitura, ao colocar o controle de velocidade, não se preocupou com os lugares em que ocorrem mais acidentes. Vou dar mais um exemplo, que é a rua Horácio Mardel de Magalhães, que é paralela a São Sebastião, sai mais ou menos ali da Escola Antônio Carlos Magalhães, no Jôquei, rumo a Ataíde Teive, ela virou mão única, indo, e a São Sebastião virou mão única, vindo. Até aí, nenhuma novidade, só que a engenheira de trânsito da Prefeitura, pelo que sei, não mora em Boa Vista, ela vem aqui e não leva um filho na escola, e fica muito difícil uma pessoa que não reside aqui e que não conhece o trânsito na prática... e transformou em mão única e principal. Hoje, na nossa estatística, o cruzamento da Manoel Felipe com a Horácio Mardel de Magalhães, que seria uma esquina antes da São Sebastião em 2017, está com três anos que a Prefeitura fez isso, no primeiro ano já houve um alto índice de acidente nesse cruzamento. Pensamos: não, é porque é no primeiro ano, talvez no segundo o pessoal se acostume. Aumentou no segundo ano e, no terceiro ano, o cruzamento foi o campeão de acidentes em Boa Vista. Então, assim, lá não tem semáforo e nem controle de velocidade. Outro comparativo, como eu sou professor, eu acredito na educação, se você não tiver convencido, não adianta eu dar multa. Eu sempre comparo que multa é igual cartão de crédito, quando a gente vai pagar a fatura, a gente jura que não vai mais gastar no mês seguinte e na próxima semana, a gente começa a torrar o cartão outra vez. Então, se você não tiver convencido... olha, aquele luminoso que diz: Parabéns! Cuidado! Aquele não multa e muita gente já sabe que não multa, mas as pessoas obedecem. Eu conversava com uma moça aqui da Assembleia e ela dizia: não, naquele ali a minha consciência não deixa eu passar. Então, é a nossa consciência que não tem que deixar a gente fazer essas coisas. Então, o trabalho educativo do trânsito é a única saída. Eu sempre comparo, Deputado Chagas, que no tempo da faixa de pedestre aqui, logo quando começou a ser implantada, a PM tinha sempre dois policiais de moto que ficavam naquelas faixas o dia inteiro, parando e até multando quem exagerasse. A cidade de Boa Vista é uma das cidades modelo em obediência à faixa de pedestre, quem anda por esse país afora sabe que, inclusive bem ali em Manaus, você não pode entrar na faixa de trânsito, caso contrário, será atropelado. Aqui em Boa Vista, você sabe que a faixa é respeitada e isso não se deu em razão de multa, e sim pela educação. Então, quando você vai ver os locais, os pardais estão em curvas, em descida, não se há um estudo para saber, porque em um local onde a velocidade poderia estar maior para não atrapalhar o trânsito, diminui a velocidade e todo um cuidado que a gente tem que ter. Eu acredito que se esses pardais fossem colocados nos locais de maior incidência de acidente e três meses antes de começar a multar tivesse ali um agente de trânsito orientando com aquele carro, com *giroflex*, dando aquele alerta, com três meses a população ia aprender a respeitar aquela velocidade ali como fez na faixa de pedestre. Então, na verdade, o que a gente discorda também e parabeniza a Assembleia pelo que fez, é que os pardais de Boa Vista foram feitos para a indústria da multa.

Vou concluir, dizendo de uma proposta que veio da Prefeitura para nós, na renovação do... tem as multas que são do DETRAN, outras do SMTRAN, elas são divididas. Por exemplo, estacionamento, mesmo que um agente nosso multe, o dinheiro vai para a prefeitura; sem habilitação, mesmo que um agente do SMTRAN multe, o dinheiro vai para o DETRAN. O que acontece, quando o convênio estava em vigor, como o sistema é nosso, todas as vezes que o SMTRAN multa uma multa nossa, eles levam 25 reais daquela multa, pelo trabalho que o agente realizou. E quando um agente nossa multa, vem 25 reais pelo trabalho do agente e 25 reais pelo sistema que pagamos, aliás muito caro por aquele sistema. O que eles propuseram? Vamos fazer assim... quando implantaram, no final do ano isso... Então, faremos assim, tudo que a gente multa é nosso e tudo o que vocês multarem é de vocês. Agora, a maior multa da prefeitura começa pela menor nossa. A prefeitura tem três vezes mais agentes de trânsito o que o DETRAN tem. Nós fazemos

duas *blitz* por dia, o SMTRAN poderia fazer seis por dia, e essa cidade ia virar um inferno, porque a gente faz duas para controlar, para tirar os maus motoristas, que estão realmente fazendo mal à sociedade e não para prejudicar ninguém. Então, para mim, a prova concreta para a indústria da multa... concluído com controle, era essa de que quem multasse levava o dinheiro inteiro da multa e, com aquilo que o Coronel Chagas disse aqui, que é a produtividade do agente do SMTRAN, aí a gente tem que ter dó da população, não pode ser dessa forma. Por último, queria concluir e dizer: parabéns à Assembleia, sem educação no trânsito, nós não vamos conseguir avançar em nada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito obrigado Titonho Bezerra, Presidente do DETRAN, Vossa Excelência trouxe informações importantes para esta Audiência. Suas colocações estão sendo gravadas e irão constar, com certeza, no relatório da Deputada Lenir Rodrigues.

O Senhor Deputado **George Melo** – Boa tarde a todos. Fiquei ouvindo atentamente e, realmente, quando falamos de trânsito, algumas coisas nos chamam a atenção. Por exemplo, essa velocidade de 40, 50 e de 60 km/h, você não sabe a velocidade que vão te pegar. Por que não colocam logo 40 km/h e a gente se adequa a essa velocidade ou, então, 60, 50? Gostaria que o relatório observasse essa possibilidade de se ter um valor X e pronto. Queria, também, colocar para o Comandante da PM que aquela rua que sai do Raiar do Sol que passa em frente ao Colégio Padrão e vai dar lá no Pérola, ali também, saem do Pérola cerca de cinco mil pessoas ao mesmo tempo e quem cruza na altura ali do Nova Cidade, a primeira rua, também, ali merecia ter um sinal, um ponto. Queria colaborar com essa informação.

Segundo, com relação ao que foi colocado também pelo Presidente representante dos taxistas... peguei uma multa há poucos dias porque eu parei no sinal e antes que o sinal abrisse meu carro adiantou. Quer dizer, custa a Prefeitura ser leal com os munícipes e dizer: Olha gente, eu estou colocando, também, para quem for avançar... quer dizer, ninguém foi avisado, vou pagar a multa, mas quantos pais de família fizeram isso, apesar de terem a consciência que foram cidadãos exemplares, mas por algum motivo adiantaram. Quer dizer, eles não sabiam que tinham ali na primeira faixa branca um marcador. Também recebi outra multa na minha casa, ora, senhoras e senhores, eu estava na Rua Rubelmar Carneiro Souza com a Rua Graviolera e vocês sabem por que eu fui multado dentro do Caçari? Porque alguém que provavelmente não goste de mim, me viu dobrando a rua e disse que eu não dei sinal. Ora, pois, eu nunca deixei de dar sinal em canto nenhum, mas mesmo assim o DETRAN me multou. É um absurdo uma multa dessas, até porque deve haver um bando de gente que gosta de mim e um bando que não gosta. Agora, se essas pessoas estiverem no poder, provavelmente, iriam se utilizar desse expediente. É um absurdo uma multa dessa natureza!

Então, quero aqui finalizar e dizer que, realmente, o que se está fazendo hoje, essa Audiência Pública é de fundamental importância, o representante do DETRAN, Titonho, colocou muito bem, hoje nós vivemos em um momento muito difícil, os pais de família precisam trabalhar. É lógico que a gente precise coibir o excesso de velocidade, ter o redutor, mas é preciso que tenha também... você exercite o hábito de você instruir a população de maneira tranquila e não preocupado em arrecadar uma multa que eles sabem que muita gente não vai conseguir pagar, mas isso dá expectativa para o município e até para o estado, orçar um orçamento maior, um orçamento fictício para que eles possam operar o estado. Acho que essa maneira aqui é uma maneira extremamente degradante e que eu posso concordar com isso. Então, eu quero parabenizar todos os que participaram, que se preocuparam com essa questão, é uma questão importante, pois o povo de Roraima, não só eu, mas a grande maioria, está se sentindo lesada. Muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Bom dia a todos. Neste momento quero cumprimentar a Deputada Lenir, ora presidindo a comissão, Senhores Deputados, Comandante da Polícia Militar, o Presidente do DETRAN, Presidente do CREA, Presidentes das Cooperativas. Quero falar da nossa preocupação com o número de multas, mais de cento e vinte mil multas já foram detectadas, já estão condicionadas ao sistema do DETRAN, se transformadas em dinheiro dá alguns milhões de reais. Não somos contra o controle do trânsito, todos nós precisamos cuidar, mas, também não podemos ser assaltados em termos de multas. Eu já tenho para mais de quinze multas, são 56, 58, quilômetros passando ali naquele sinal em frente a UNIMED, eu só vi três acidentes naquele trecho, quando instalaram a ciclovia da morte, que são aqueles blocos de concretos que diminuiram o espaço do logradouro, da rua, e os carros sobem e batem, quebram as rodas,

estouram os pneus. Mas acidente de trânsito eu nunca vi e aquele sinal deve ser um dos maiores notificadores de multas.

Gostaríamos de solicitar ao presidente dessa comissão que pedíssemos os contratos dessas empresas para vermos a legalidade junto ao CREA, aos órgãos competentes, pedir que o Ministério Público acione o DETRAN e a Prefeitura de Boa Vista para que acabem com essas multas porque, segundo o presidente do CREA, elas estão irregulares, até uma semana atrás as empresas não estavam regularizadas. Então, quando o médico não está regular ele não pode dar consulta, tudo que ele fizer sem o CRM tem que ser penalizado, e o Conselho Regional de Engenharia do Brasil diz que toda empresa que presta serviços, principalmente público, ela tem que ser registrada no CREA. Essas empresas não são daqui, são de fora, elas deveriam, primeiro, se regularizar aqui, para depois executarem os serviços. Temos também que ser conscientes e cobrar, não podemos deixar de realizar uma Audiência Pública, pelo número de multas era para termos este plenário cheio. Não estamos fazendo politicagem, estamos cuidando de um bem do cidadão, muitos proprietários de veículos já sentem dificuldades para pagar o IPVA, e quando se deparam com 10, 15, 20 multas... não têm condições de pagarem e o destino é os órgãos de controle recolherem. Gostaria de sugerir que ajuizássemos uma ação para acabarmos com essas multas indevidas que foram dadas ao povo do nosso estado. Não podemos permitir que isso aconteça, muitos profissionais que vivem do volante... se não acabarmos com isso, quando acabar o prazo de 120 dias desse projeto de decreto legislativo, os correios terão muito trabalho para entregar, talvez, mais de cem mil multas dentro de Boa Vista. Na rua Jardel Horácio Martins, tem um senhor, que tinha um comércio bem na esquina, só no comércio dele já houve cinco acidentes onde os carros entraram no comércio dele. Ele fechou as portas e saiu de lá porque não aguentou mais. Me desculpe a engenheira de trânsito de Boa Vista, mas eu acho que ela não mora aqui ou, não conhece a cidade, porque ela jamais poderia fazer de uma preferencial de grande fluxo, que é a do Pricumã, a Manoel Felipe, lá em cima fizeram uma pegadinha, colocaram um jabuti dentro do órgão de trânsito e fizeram uma transversal, preferencialmente, onde corta uma rua de maior fluxo, que tenho certeza é a maior rua causadora de acidentes em Boa Vista. Isso são problemas que estamos debatendo e queremos que conste neste nosso trabalho para apresentarmos à justiça e solicitarmos ao Ministério Público que se envolva, e solicite esses contratos para ver a veracidade dessas cobranças. Talvez elas sejam ilegais por não estarem registradas no órgão competente que é o CREA/RR. Queremos parabenizar o Deputado Coronel Chagas, Deputada Lenir, Soldado Sampaio, Oleno, que fomos uns dos primeiros a se manifestarem para solicitar providências através do PROCON/Assembleia. Quero agradecer a todos e acreditar que, se Deus quiser, vamos sair vencedores desse embate.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Agradecemos a participação do Deputado Gabriel Picanço e George Melo. Tenho aqui uma pergunta feita pelo Senhor Eliseu Júnior, questionando se foi feito convite para o SMTRAN ou para Prefeitura Municipal para comparecerem a esta Audiência e qual a justificativa dada pelo não comparecimento. A equipe do Cerimonial da Assembleia enviou convite tanto para prefeitura como para SMTRAN e não tivemos retorno. Fizemos diversos contatos, inclusive pelo Watts, para o Secretário Municipal de Trânsito, sabemos que foi visualizado, e ele não se deu ao trabalho de dar uma justificativa.

Pergunta do Senhor Francinaldo, questionando por que foi multado no sinal sendo que não passou no vermelho. No sinal, pelas atuais regras que foram colocadas pela prefeitura, não basta você passar no sinal vermelho para ser multado. Existem três faixas no sinal, a primeira e a segunda compreendia a faixa de pedestre, as faixas brancas mais próximas do semáforo, do cruzamento, entre as duas primeiras faixas eram as faixas de pedestres, e tem uma terceira faixa mais para trás que fica entre a segunda e a terceira faixa, esse espaço era destinado anteriormente para as motocicletas, com a instalação da fiscalização eletrônica no semáforo de avanço de sinal. A prefeitura e a empresa começaram a entender que quem ultrapassasse essa segunda faixa seria multado, ou seja, todos os veículos devem ficar atrás da terceira faixa, mas, isso não foi passado ao cidadão e tem milhares de pessoas que foram multadas desta forma. Ele não avançou o sinal, mas avançou a primeira faixa de quem está chegando no semáforo e foi multado. Por isso, que há necessidade de uma prévia campanha educativa, pedagógica, para posteriormente ir para a fase repressiva.

O Senhor Alfredo Maia pergunta: “Por que ao invés de pardais não se coloca o semáforo?”

O Senhor Presidente do DETRAN **Titonho Bezerra** – Na

verdade tem pardal até no semáforo. Antes você parava no semáforo e não multava, agora tem alguns semáforos que também multam. Se você ficou na dúvida entre o amarelo e vermelho e o pneu do seu carro triscou na faixa, não é laser, é um sensor no asfalto, ao tocar no sensor automaticamente a placa será fotografada. Até o semáforo tem uma menor incidência de motos porque são duas empresas que prestam serviços para a prefeitura, a que presta serviços dos semáforos as multas são poucas com relação a outra, o semáforo realmente resolve, ajuda, ele educa, você sabe que tem que parar. Eu fiz uma comparação entre as multas, o DETRAN multa em todo o estado, são os agentes de trânsito e a PM, juntos, a PM está em todas as vilas do estado, então, aqueles abusos acabam sendo multados e nesse período da implantação do controle dos pardais o DETRAN e a PM, juntos, multamos 9,3% do que multou a prefeitura em Boa Vista com o maior número de pessoas fazendo o trabalho.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Temos mais uma pergunta do Senhor Calisto: “Se um cidadão entrar pedindo anulação, cancelamento, pelo fato de que a empresa que instalou os radares estar irregular junto ao CREA, o pedido será deferido e a multas canceladas?”

Estava conversando com o Presidente do DETRAN e parece que será feito um estudo, pois é requisito objetivo previsto na resolução do CONTRAN, a empresa ter cadastro junto ao CREA local, e foi informado pelo presidente do CREA/RR que não há cadastro. Eu acredito que, em razão dessa informação, vai haver uma enxurrada de recursos junto a JARI no DETRAN e, pode, em razão disso, o DETRAN tomar uma posição jurídica, administrativa compreendendo todas essas multas desde a instalação. Esse é um encaminhamento que faremos através da comissão. Fica difícil responder agora, pois carece de um estudo jurídico da resolução e toda legislação referente a esse assunto. Todos os questionamentos que foram colocados para Mesa, alguns foram repetidos, nós contemplamos.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Por que que o município de Boa Vista e os órgãos de fiscalização não têm só um limite de velocidade para as avenidas como a Mário Homem de Melo, Ville Roy, Glaycon de Paiva e Capitão Júlio Bezerra?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em todas as cidades existem as vias que são consideradas de trânsito mais lento e as vias rápidas. Por exemplo as Avenidas Brigadeiro, Ataíde Teive e Ville Roy são consideradas vias rápidas, nesses pontos e eu acho que a velocidade tem que ser idêntica, já as outras que não são consideradas vias rápidas podem ter uma velocidade menor, porque senão confunde o motorista, o cidadão está numa via rápida, e na outra era 60, mas naquela é 50, ele será multado, até porque os pontos de aviso de sinalização eletrônica estão num tamanho menor.

O Senhor Deputado **George Melo** – A avenida Brigadeiro é um exemplo de uma via rápida e a velocidade máxima é 50 em frente ao posto Macuxi e a Ville Roy é rápida e é 60, deveria ser uma só, ou 50 ou 60.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu tenho um questionamento que preciso fazer ao Comandante da PM. Temos seis pontos instalados de fiscalização eletrônica, os chamados pardais, um na av. Brigadeiro Eduardo Gomes, próximo ao Parque Anauá, outro na Av. Ville Roy próximo a Igreja Consolata, quem vai da Praça do Centro Cívico para a Rodoviária, outro na Av. Mário Homem de Melo, próximo a CODESAIMA, um no final da av. Ataíde Teive, outro na Av. Glaycon de Paiva, próximo ao Teatro Municipal e a na Av. Ville Roy, sentido Caçari, próximo ao Mirandinha. De acordo com as estatísticas de acidentes de trânsito atendidas pela Polícia Militar, antes da instalação desses pardais, esses pontos eram considerados de alto índice de acidentes de trânsito? Esses seis pontos tem algum que, realmente, aconteciam acidentes antes que justificasse colocar pardais nesses pontos?

O Senhor Subcomandante **Magalhães Damasceno** – Bom dia a todos os presentes, Senhores Deputados, Senhor Presidente. Nós temos coincidentemente, o pardal que está instalado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, em frente ao Parque Anauá, coincidentemente ele está de acordo com as nossas estatísticas da Polícia Militar de Roraima. Realmente, lá é um local de incidência de acidente de trânsito. Temos um pardal próximo a Igreja Consolata, de acordo com a nossa análise temos um ponto vulnerável antes do centro, na esquina do supermercado Goiana, eu acredito que a comissão poderá até sugerir para até isolar aquele cruzamento. Temos um pardal também na Ville Roy, próximo a antiga Polícia Federal, poderia ser em frente ao Posto Abel Galinha.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ou seja, aquele pardal próximo ao Mirandinha é um local onde nunca houve acidentes, e teria que ser deslocado para próximo ao Posto Abel Galinha onde

realmente têm acidentes.

O Senhor Subcomandante **Magalhães Damasceno** – Exatamente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Entre os seis pontos que têm pardais, segundo o Subcomandante da Polícia Militar que têm dados estatísticos, apenas um está localizado em um lugar onde realmente havia altos índices de acidentes que é o da Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, em frente ao Parque Anauá, os outros cinco pontos não justificam a fiscalização.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas, quero pedir vênias em nome de todos, cumprimentar a Mesa em nome do Doutor Wolney Costa Parente, meu aluno, e parabenizá-lo pelas informações que muito irão contribuir para o andamento da nossa Audiência Pública, bem como a todos os participantes da Mesa DETRAN, PM, Cooperativas. Em geral, as autoridades envolvidas em um determinado problema não colocam muita fé em Audiência Pública, acham que vem perder tempo, e principalmente quando o público não comparece. Mas queremos garantir que essa Audiência Pública terá efeito sim, tanto é que já estamos com uma ação judicial em tramitação. Queremos dizer aos Senhores que estão participando que só estão presentes aqui pessoas realmente que tem dado uma contribuição nesse debate. O nosso relatório será no sentido de buscarmos alternativas para barrarmos essa produção dessas multas que nós, há meses, estamos ouvindo o Deputado Gabriel Picanço, porque essas multas, se não forem inexistentes, no mínimo elas são esquisitas. Eu diria que elas são muito esquisitas pelos depoimentos que nós ouvimos aqui, inclusive hoje tivemos a oportunidade de ouvirmos o Deputado George Melo. Então, nós queremos garantir que todas as contribuições que Vossas Excelências disseram aqui... nós iremos colocar a termo nessa Ata dessa reunião, com a colaboração das nossas taquígrafas, que estão atentas aqui na nossa Audiência Pública. E dizermos, também, que tem razão o Diretor-Superintendente do DETRAN, que nós temos que buscar atitudes de processos educativos para a nossa sociedade. A nossa sociedade se adapta rapidamente. Essa sugestão do Deputado George Melo é ótima. No âmbito do Município de Boa Vista, a velocidade é de 60km/h, pronto, todos vão se adaptar. Agora, um lugar tem uma velocidade e outro, outra, realmente, não dá. Então, queremos garantir para todos os nossos convidados que o nosso relatório estará nesse sentido de garantir essas contribuições e lamentar, Presidente, se ninguém teve coragem de dizer, eu vou dizer, e lamentar não só a ausência e a falta de resposta do SMTRAN, mas também do Ministério Público como *custo legis*, como fiscal das leis, e a falta de resposta do tribunal de Justiça aqui na nossa audiência, porque nós somos um Poder que estamos sempre colaborando... em menos de uma semana que tramita um processo, um pedido do Ministério Público e do Tribunal de Justiça aqui na nossa Casa. Então, não dá nem respostas? Olha, eu, como Deputada Estadual, fico constrangida de me apresentar para a população como representante do povo e não ter o poder de convidar alguém, e alguém sequer dar a resposta pela sua ausência aqui na Audiência Pública. Então, se ninguém tem essa coragem, eu como mulher, aqui, com minha companheira lá do Bonfim, vou ter coragem de dizer e lamentar a ausência desses órgãos importantíssimos da nossa sociedade, que deveriam sim estar presentes aqui, se não para manifestar opinião, pelo menos para ouvir os clamores da população e dos representantes das cooperativas e dos órgãos que estão se sentindo prejudicados com essa produtividade tão grande de multas no âmbito do município de Boa Vista. Era isso o que eu tinha a dizer e agradecer o empenho da nossa Comissão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem colocado pela Deputada Lenir. Realmente, a ausência dos representantes desses órgãos causa constrangimento, principalmente da Prefeitura, que sequer quer vir para o debate público em um país democrático como o nosso e discutir com a sociedade, com essa Casa e com todos os representantes das entidades, a questão da fiscalização de trânsito. É uma pena. É lamentável.

Antes de encerrar, quero comunicar aos senhores membros desta Comissão que no início da próxima semana, na terça-feira, nós deveremos fazer uma reunião administrativa da Comissão para que nós possamos fazer encaminhamentos, e um desses encaminhamentos farei agora, para conhecimento da Comissão e do público. A prefeitura tem dois contratos no que trata a fiscalização de trânsito, um com a empresa que trata dos semáforos, e outro com a empresa DATATRAFIC, que são os pardais de velocidade, a nossa assessoria....

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – A empresa que trata dos semáforos é a ELETROSINAL.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – ELETROSINAL

de Curitiba. A nossa assessoria consultando o portal da transparência da prefeitura conseguiu acesso ao contrato da prefeitura com a ELETROSINAL, conseguiu baixar e imprimir o contrato, entretanto, com relação a DATATRAFIC não conseguiu, só tem um extrato do contrato, só um espelho com as informações mínimas. Então, faço um encaminhamento para que a comissão, se assim deliberar favorável ao nosso encaminhamento, que requisite da prefeitura a cópia integral do contrato entre a prefeitura o SMTRAN com a DATATRAFIC, para conhecermos todas as cláusulas que tem nesse contrato. Mais um encaminhamento que trata da questão da empresa DATATRAFIC não estar registrada no CREA, segundo me consta esse é um requisito objetivo para começar a operação da empresa em determinado estado, se não está cumprindo o requisito objetivo, todas as multas detectadas por esse sistema estão passíveis de serem nulas, não é nem anuláveis, são nulas de pleno. Então, faço esse encaminhamento para que a comissão com apoio da Consultoria Jurídica desta Casa, juntamente ao DETRAN e a JARI do DETRAN, que é a Junta Administrativa de Recursos de Infração, façamos um estudo para verificar se são procedimentos nulos, anuláveis ou procedimentos regulares.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Segundo o Presidente do CREA, a ELETROSINAL está na mesma situação da DATATRAFIC.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Também não está registrada. Alguém poderia dizer: Não valeria de nada isso? Vale sim. Serviria de instrumento pedagógico, alertar a população de que agora sabendo efetivamente que tem uma fiscalização e, a partir do momento em que se cadastrarem, se credenciarem no CREA, passaria a ter uma fiscalização repressiva, serviria de processo pedagógico.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Eu acredito que a comissão tem a prerrogativa de solicitar ao CREA se essas empresas estão cadastradas ou não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Fica registrada também a solicitação do Deputado Gabriel para deliberação da comissão na próxima terça-feira para solicitar ao CREA a certidão negativa de cadastro dessas empresas. Acredito que atingimos o objetivo dessa Comissão, agradecemos a presença de todos os representantes dos sindicatos, cooperativas, autoridades do trânsito, Senhores Deputados, servidores desta Casa, a todos que estão nos acompanhando através do sinal da Assembleia. Dou por encerrado o trabalho da Comissão Geral.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Alcançada a finalidade da Comissão Geral, retomamos a Sessão Ordinária na face em que se encontravam os trabalhos.

Explicações Pessoais. Não havendo quem queira se pronunciar, às treze horas e quinze minutos, declaro encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 21, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira.**

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO Nº 0389/2018

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

#### RESOLVE

**Art.1º Designar** o servidor abaixo para exercer a função de fiscal do contrato firmado entre este poder e a empresa contratada, conforme o Art. 67 da Lei 8666/93.

Nº do Processo	Contratado	Objeto	CPF/ CNPJ	Fiscal de Contrato
0461/ 2018	- IDÉJAS E NEGÓCIOS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP	Aquisição de ingressos para o 1º Concerto da Orquestra da Sociedade Filarmônica de Roraima, conforme condições, quantitativas e exigências estabelecidas no Termo de referência.	04.803.710/0001-00	<b>FISCAL:</b> - Clara Nunes da Silva Vieira Matrícula: 16290

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação. Palácio Antônio Martins, 11 de julho de 2018.

**ANDREIVE RIBEIRO DE SOUSA**  
Superintendente Geral